

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MAIO DE 1999, ÀS
08:00 HORAS.

ATA Nº 043 - "A"

PRESIDENTE - DEPUTADO RIVA
1º SECRETÁRIO - DEPUTADO HUMBERTO BOSAIPO
2º SECRETÁRIO - DEPUTADO JAIR MARIANO

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente Sessão e, em seguida, suspendo-a por trinta e cinco minutos.
(SUSPENSA A SESSÃO ÀS 08:24 HORAS E REABERTA ÀS 09:57 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Está reaberta a presente Sessão.

Com a palavra, o Sr. 2º Secretário, para proceder à leitura da Ata.

(O SR. 2º SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DA ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 29 DE ABRIL DE 1999, ÀS 01:05 HORAS.)

O SR. 2º SECRETÁRIO - Lida a Ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Em discussão a Ata que acaba de ser lida
(PAUSA).

Em função do pedido da Deputada Serys Slhessarenko, diretamente à Mesa Diretora, determino à Assessoria que faça a correção na Ordem do Dia da Ata que acaba de ser lida, constando o pedido de destaque do Deputado Emanuel Pinheiro e da Deputada Serys Slhessarenko.

Continua em discussão a Ata (PAUSA). Não havendo impugnação, dou-a por aprovada, com a inclusão do pedido de destaque da Deputada Serys Slhessarenko.

Com a palavra, o Sr. 1º Secretário, para proceder à leitura do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Não há Expediente a ser lido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Encerrada a primeira parte, passemos à segunda parte do Pequeno Expediente (PAUSA). Com a palavra, o nobre Deputado Gilney Viana.

O SR. GILNEY VIANA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srª Deputada, a Assembléia Legislativa está recebendo, hoje, a visita do Sr. Secretário de Estado de Fazenda, Válder Albano, para responder a um temário previamente aprovado pelo nosso Plenário, sobre denúncias de corrupção, desvios de notas fiscais e que tais na Secretaria de Fazenda.

Usando do artigo 500, parágrafo único, do Regimento Interno, proponho-me encaminhar à Mesa antecipadamente os quesitos para que o Sr. Secretário de Estado de Fazenda possa abordá-los quando da sua fala. E que eu possa, eventualmente, no meu direito de arguição, quando a Presidência assim me conceder, usando as atribuições que me conferem o artigo 500, parágrafo único, do Regimento Interno, propor a inscrição dos

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MAIO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

questitos abaixo ao temário das interpelações ao Sr. Secretário de Estado de Fazenda, sobre as denúncias formuladas pelo Sr. Prefeito de Juína à Secretaria de Fazenda:

É certo que o Prefeito de Juína apresentou denúncia de irregularidades na arrecadação de tributos estaduais ainda em 1998? Quais as iniciativas da Secretaria de Fazenda para esclarecer tais denúncias? Quais os resultados das averiguações promovidas pela Secretaria de Fazenda a respeito dessas denúncias?

Usando ainda do mesmo artigo 500, parágrafo único, formulo o seguinte quesito antecipado ao Sr. Secretário de Fazenda, sobre as concessões de regimes especiais às empresas. Segundo o artigo 445 do Decreto nº 1.944, de 06.10.89, cabe à Coordenadoria-Geral de Administração Tributária autorizar os regimes especiais, o Sr. Secretário de Fazenda endossava ou subscrevia as concessões autorizadas pela Sr^a Leda Regina Moraes, Coordenadora daquele órgão? O Sr. Secretário avaliava ou recebia avaliações daquela Coordenadoria sobre os resultados e os acompanhamentos das empresas beneficiadas pelo regime especial? Quais são os resultados dessas avaliações? Quantas empresas, e em quais ramos de atividades, foram beneficiadas?

Sr. Presidente, a respeito desses quesitos antecipados, eu certamente estou na perspectiva de que o Sr. Secretário de Fazenda abordará esse tema, porque consta no temário da convocação. Mas resguardo-me o direito de promover a sua inquirição, se não ficar satisfeito com as suas respostas no momento da exposição. Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, ainda no Pequeno Expediente, o nobre Deputado Hermínio J. Barreto.

O Sr. HERMÍNIO J. BARRETO - Sr. Presidente, Sr^a Deputada, Srs. Deputados, ontem nós tivemos o prazer e a honra de representar o Poder Legislativo do Estado de Mato Grosso, em Brasília, por indicação do Deputado Humberto Bosaipo, para assistir e prestigiar a posse do Senador da República, o empresário Blairo Maggi - muito concorrida. Mato Grosso se fez presente através dos seus diversos segmentos e, particularmente, da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Portanto, também em Brasília, por indicação, num trabalho também do Deputado Hermínio J. Barreto e do Deputado Humberto Bosaipo, nós estivemos reunidos ontem com a Bancada Federal de Mato Grosso, para tratar de um assunto que repercutiu muito aqui no nosso Estado, que é a exclusão de 18 municípios de Mato Grosso, dentre eles as cidades de Cáceres, Rondonópolis, Alto Araguaia, Alto Taquari, Itiquira, São José do Povo... E havia um trabalho realizado pelo Deputado Walmir Rocha, que ontem atendeu muito bem a Bancada Federal de Mato Grosso e também esse Deputado, inclusive a Deputada Federal Celcita Pinheiro ficou encarregada de fazer uma emenda para realmente não excluir Goiás - que ele lute por Goiás, mas que Mato Grosso continue sendo, em seu todo, área da SUDAM.

Aconteceu, ontem, na cidade de Alto Araguaia, a primeira Audiência Pública, às 17:00 horas, em um dos clubes de serviço daquela cidade, onde detonou-se, aqui em Mato Grosso, a volta da tão sonhada Usina de Couto Magalhães, porque ontem, com dirigentes do IBAMA de Brasília, a FEMA aqui do Estado de Mato Grosso, a FEMA de Goiás, a Prefeitura Municipal daquela cidade, juntamente com as autoridades do Município e também com a presença do Subsecretário de Infra-Estrutura do Estado de Mato Grosso foram recebidas as principais autoridades da ELETRONORTE para iniciar a última etapa e finalizar o Projeto de impacto ambiental para a construção da Usina de Couto Magalhães.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MAIO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

Acho que esta notícia, Deputado Humberto Bosaipo, é uma das mais promissoras para o Estado de Mato Grosso. A construção da Usina de Couto Magalhães traz de volta a velha história de que Mato Grosso abandonou aquela importante obra, e só na geração de emprego, nos próximos três anos, na cidade de Alto Araguaia e em toda aquela região, serão mais de mil e quinhentos empregos, assim como estão sendo gerados hoje no Município de Rondonópolis, Itiquira, mil empregos com a construção da hidrelétrica de Itiquira. Portanto, realmente, é uma notícia importante para a economia do Estado de Mato Grosso.

E, para encerrar, nós queremos aqui cumprimentar a Mesa Diretora da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, nas pessoas do Sr. Presidente, Deputado Riva, e do Sr. 1º Secretário, pela passagem, hoje, dia 05 de maio, do Dia das Comunicações, uma homenagem ao eminente brasileiro, mato-grossense, Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon. A Assembléia aqui homenageia a imprensa do nosso Estado. E eu que faço parte da categoria, como radialista profissional, como jornalista, acho que Mato Grosso, que a Assembléia dá uma importância, um valor muito grande, inaugurando aqui um novo espaço para os companheiros e colegas da imprensa do nosso Estado.

Por fim, quero apresentar uma Indicação:

Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado e ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Segurança Pública a necessidade de criação de duas delegacias distritais em Rondonópolis.

Com fulcro no artigo 245 do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, após ouvido soberano Plenário, proponho à Mesa Diretora que seja enviada uma Indicação ao Exmº Sr. Dante Martins de Oliveira, DD. Governador do Estado, e ao Exmº Sr. Hilário Mozer Neto, DD. Secretário de Estado de Segurança Pública, reivindicando a criação de 02 (duas) delegacias distritais no Município de Rondonópolis, especificamente na região norte, atendendo os bairros de Vila Olinda, Pedra 90, Parque Universitário, Oásis Paineiros, Tancredo Neves, Vila Rica, Distrito Industrial e, na região sul, atendendo aos bairros de Cidade Alta, Jardim Participação, Nossa Senhora do Amparo e Vila Cardoso.

JUSTIFICATIVA

A onda de violência que se instalou no Brasil já atinge, consideravelmente, o Município de Rondonópolis, em especial os bairros de Vila Olinda, Pedra 90, Parque Universitário, Oásis Paineiros, Tancredo Neves, Vila Rica, Distrito Industrial, Cidade Alta, Jardim Participação, Nossa Senhora do Amparo e Vila Cardoso.

Todos sabem que a violência é decorrente das desigualdades sociais e da miséria que caracteriza o País, problemas cuja solução só podem se vislumbrar a longo prazo. Portanto, há que se recorrer a medidas que surtam efeitos a curto prazo e/ou inibam as ações de violências.

Atendendo o apelo da população desses bairros, que através do seu povo sofrido já recorreu a mim pessoalmente, via ofício e por abaixo-assinado, é que faço a presente indicação, visando a tranqüilidade das famílias de Rondonópolis.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1999.

Deputado HERMÍNIO BARRETO - PL

Era só, Sr. Presidente

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MAIO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (RIVA)- Com a palavra, o Deputado Roberto Nunes.

O SR. ROBERTO NUNES - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu vou transferir a apresentação do meu trabalho para a Sessão noturna, em virtude da Sessão ter começado um pouco atrasada, tendo em vista a brilhante iniciativa da Mesa Diretora em restaurar o Comitê de Imprensa desta Casa. E quero cumprimentar todos os Srs. Membros da Mesa Diretora - Deputado Riva, Deputado Humberto Bosaipo, Deputado Jair Mariano -, os demais colegas Deputados e a imprensa, que há muito tempo já merecia um espaço melhor, informatizado, onde pudesse fazer um trabalho à altura da imprensa mato-grossense, da imprensa cuiabana. Em função disso, eu apresentarei o meu trabalho no período noturno.

Nós estaremos hoje atendendo o Requerimento de convocação apresentado pelo Deputado Emanuel Pinheiro, para a vinda do Secretário de Fazenda Válder Albano a esta Casa.

Quero pedir ao Sr. Presidente, se assim os Srs. Deputados permitirem, que transfira o Pequeno Expediente, para que o Sr. Válder Albano possa adentrar logo ao plenário desta Casa para começar a prestar os esclarecimentos necessários.

Sr. Presidente, fica como sugestão, eu gostaria que as Lideranças se manifestassem e deixassem a Sessão transcorrer de acordo com a convocação. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA)- Com a palavra, o nobre Deputado José Carlos Freitas.

O SR. JOSÉ CARLOS FREITAS - Sr. Presidente, Deputado Riva; Sr. 1º Secretário, Deputado Humberto Bosaipo; demais colegas Deputados:

Quero cumprimentar, nesta oportunidade, todos os membros da imprensa mato-grossense pelo Dia das Comunicações, e também todos que nos assistem nas galerias.

Quero, em primeiro lugar, Sr. Presidente, também transferir as minhas Indicações para a Sessão noturna, mas também quero nesta oportunidade, em relação à Sessão noturna de ontem, quando o Deputado Amador Tut defendeu aqui a questão do grande trabalho do Deputado Wellington Fagundes, dizer ao nobre colega Deputado que não se trata aqui de Partido político, hoje a questão é muito maior, é preciso defender os direitos de uma sociedade, principalmente nesse momento de crise, de recessão que estamos vivenciando no Estado de Mato Grosso.

Portanto, é lamentável que o Deputado Wellington Fagundes, do Município de Rondonópolis, tenha ficado omissos do processo político, em relação à SUDAM, que tramita no Congresso Nacional desde o ano de 1996. Mas graças à Deputada Teté Bezerra e à Deputada Celcita Pinheiro, que perceberam e se preocuparam também, e principalmente à FAMATO, colega Deputado Humberto Bosaipo, que trouxe essa preocupação para que pudessemos assim socorrer Rondonópolis no momento oportuno, trazendo os incentivos da SUDAM para as novas indústrias, novas empresas, principalmente a indústria têxtil, que ora chega a Rondonópolis e precisa dos recursos da SUDAM.

Portanto, fica aqui essa nota de repúdio a esse Deputado Federal, que foi o Deputado mais votado na cidade de Rondonópolis e que ficou omissos em relação a este projeto de grande importância, deixando a sua cidade fora do contexto nacional, do processo político.

Deixo, também, os nossos agradecimentos a todos os membros da Mesa Diretora e aos demais colegas. Muito obrigado.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MAIO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, o Deputado Carlão Nascimento.

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^a Deputada, uso do Pequeno Expediente para fazer uma Indicação que considero de fundamental importância, uma vez que fui, no Governo passado, o Presidente do DETRAN de Mato Grosso.

Naquele instante, nós começamos a construir a nova sede do DETRAN aqui na Capital, uma obra de fundamental importância, uma vez que hoje todo o serviço do DETRAN é descentralizado, ou seja, o cidadão que quer fazer a vistoria do veículo tem que ir à Av. Fernando Corrêa, um lugar de difícil acesso, e para licenciar o veículo tem que ir ao *Shopping Três Américas* ou até a sede do DETRAN, na Rua 13 de Junho, lugar onde não existe a mínima condição de atender bem o cidadão.

Nós começamos a construir essa obra, estimada no valor de sete milhões e novecentos mil reais - uma obra que vai concentrar todos os serviços no CPA - e desse total, ao deixar o DETRAN no dia 02 de abril de 1998, já tínhamos pago seis milhões e duzentos mil reais. Portanto, falta muito pouco para se terminar essa obra. E nesta Indicação nós fazemos um apelo ao Governador, ao Presidente do DETRAN, ao Presidente do DVOP para que essa obra seja retomada o mais rápido possível, para que nós possamos dar melhores condições de atendimento à população mato-grossense, especialmente à população cuiabana.

INDICAÇÃO: Indica ao Exm^o Sr. Governador do Estado, Eng^o Dante Martins de Oliveira, com cópias ao Diretor-Presidente do DVOP, Sr. José Carlos Novelli, e ao Diretor-Presidente do DETRAN, Prof. Ali Veggi Atala, a urgente necessidade em concluir as obras de construção da nova sede do DETRAN.

Com base na Resolução n^o 18, de 08/01/91, e no Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora expediente indicatório ao Exm^o Sr. Governador do Estado, Eng^o Dante Martins de Oliveira, com cópias ao Presidente do DVOP, Eng^o José Carlos Novelli e ao Presidente do DETRAN, Prof^o Ali Veggi Atala, demonstrando-lhes a premente necessidade em concluir as obras de construção da nova sede do DETRAN.

JUSTIFICATIVA

É notória a deficiência no atendimento ao público pelo DETRAN. O aumento de veículos cadastrados em Mato Grosso, mais precisamente em Cuiabá, que recebe diretamente (pela localização geográfica) parte considerável dos migrantes, vem causando sérios transtornos para usuários e funcionários daquele órgão.

Quando do licenciamento anual do veículo, que no Estado ocorre mês a mês e nos primeiros dez meses, é comum encontrar as dependências daquela instituição de trânsito completamente tomada de usuários, causando mal-estar e desconforto e propiciando um clima de insatisfação.

Neste sentido é que solicitamos a retomada das obras da nova sede do DETRAN. Obras essas que se encontram em fase de conclusão, com mais de 90% em condições de utilização.

Cabe salientar que, além de proporcionar melhor atendimento aos usuários, pois se concentrará todos os serviços prestados pelo DETRAN no local, com melhores condições de trabalho e fácil acesso, será possível economizar com os aluguéis que são pagos mensalmente a terceiros.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MAIO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

Quando falamos em melhorar a qualidade do atendimento e proporcionar maior conforto ao usuário é porque conhecemos profundamente o órgão estadual de trânsito e suas peculiaridades.

Temos a certeza de que na nova sede o cidadão resolverá os problemas de documentação pessoal (no caso da Carteira Nacional de Habilitação) e do veículo (no caso de licenciamento, vistoria e outros) em um só local, evitando o que ocorre atualmente, quando é exigido do usuário uma perambulação em vários locais, causando-lhe muitos aborrecimentos.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 05 de maio de 1999.

Deputado CARLÃO NASCIMENTO - PSDB

Era o que tínhamos para o momento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, o Deputado Pedro Satélite.

O SR. PEDRO SATÉLITE - Sr. Presidente, nobres Pares, galerias que nos assistem, imprensa:

Usamos da tribuna nesta manhã de quarta-feira apenas para comunicar que no dia 1º de maio foi oficializada a Festa do Arroz, no Município de Guarantã do Norte. Gostaria de dizer aos nobres Pares da minha preocupação com a nossa Pátria, com o nosso País, quando vejo no Brasil a instalação da CPI dos Bancos, da CPI do Judiciário, corrupção, roubo, desgraças de todos os tamanhos. Eu acredito que o povo está perdendo até as esperanças. Até um avião da FAB foi pego com trinta quilos de maconha para ser transportada! Qual é a esperança que o povo brasileiro vai ter numa Nação, num País nesta situação?

Mas quero dizer também que nem tudo está perdido e que nós estamos fazendo a nossa parte. Estamos fazendo a nossa parte, porque no extremo Norte do Mato Grosso, Sr. Presidente, domingo próximo passado, 1º de maio, Dia do Trabalhador, nós lá festejamos a primeira Festa do Arroz. Aquele Município foi criado em função de um assentamento do INCRA e hoje o extremo Norte já produz, Deputado Jair Mariano, Deputado Silval Barbosa, que participou dessa Festa, mais de 1% de arroz produzido no Brasil. E, com certeza, nos próximos anos irá representar de 5% a 10 - esse é o nosso pensamento, é isso que nós esperamos, e tenho certeza de que o povo brasileiro espera isso também!

Espero que nós possamos dar a nossa contribuição aqui no Estado de Mato Grosso também, para que se acabe esse assunto, para que se ponha um final nessas denúncias. Algumas vêm se fundamentando... Que essas que têm fundamento sejam apuradas, para que o povo possa voltar a acreditar, trabalhar e produzir, como nós estamos fazendo lá no Norte do Estado, produzindo milhares de sacas de arroz e outros produtos, para matar a fome dos brasileiros e até, por que não dizer, do mundo, porque exportamos não só arroz, mas exportamos também soja e outros produtos da terra.

Portanto, quero aqui fazer um apelo aos nobres Pares para que continuemos realmente fazendo um trabalho sério, como vem se fazendo nesta Casa de Leis, cumprindo com o nossos deveres de Legisladores. Tudo aquilo que vem a nós, que é denunciado, nós temos a responsabilidade de levar adiante, para que os culpados sejam punidos.

Tenho certeza...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, INFORMANDO AO ORADOR QUE SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O SR. PEDRO SATÉLITE - Só um minuto para eu concluir, Sr. Presidente.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MAIO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

Tenho certeza de que a vinda do Sr. Secretário Válter Albano será de grande valia para podermos esclarecer muitas coisas. E tenho certeza de que o povo espera nas ruas que realmente se faça justiça a quem deva, e se não houver ninguém que deva, que se pare com isso, para que o povo possa voltar a trabalhar. E os veículos de comunicação, que fazem um grande papel, divulgando o que está sendo feito, que eles possam, ao invés de denunciar corrupção, roubo, safadeza, sacanagem, ter a oportunidade de anunciar coisas novas e coisas boas para o nosso Estado e para o nosso País. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, ainda no Pequeno Expediente, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, eu estou muito preocupado com o tempo regimental de cada Deputado, três minutos, para fazer as perguntas ao Sr. Secretário de Fazenda, porque esse tempo é insuficiente. Como é insuficiente, eu quero aqui deixar alguns questionamentos para ele responder na exposição que ele vai fazer aqui hoje.

Primeiro, nós recebemos uma carta do Sr. Sidney Marques, Procurador de Sinop, dizendo que em seu município está havendo corrupção, que há uma quadrilha organizada na área da madeira. Ele alega que entregou para a Sr^a Leda Rodrigues vários tipos de “notas frias”. Ele, inclusive, entrega para nós a relação de vinte e três firmas “fantasmas”, e também diz que na metade do ano passado - isso tudo assinado por ele - ele denunciou ao Secretário de Fazenda, Sr. Válter Albano, tudo isso. E, aliás, teve que insistir com o Prefeito de Sinop para colocar fiscais municipais na barreira do Posto Celeste, para acompanhar a fiscalização. Em sete dias, foram constatadas vinte e três firmas fantasmas. Vamos citar algumas: B.F. de Oliveira Madeiras, que em seis dias passou 432.632 metros cúbicos de madeira - em apenas seis dias...

Ele citou o nome de quatro firmas instaladas em Sinop, que não foram encontradas porque não ele tem o endereço, não encontrou o endereço.

Sr. Presidente, eu quero colocar que ele alega que encaminhou à Secretaria de Fazenda um procedimento administrativo, solicitando informações a respeito da Madeireira Renascença. Essa madeireira, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (RIVA - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - A Presidência concede mais um minuto ao orador.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - A Secretaria de Fazenda arquivou esse procedimento, mas ele está em minhas mãos. O Secretário não tomou providências, afirma ele, a empresa não teve as inscrições suspensas e continuou soltando notas frias na barreira do Posto Celeste. Quer dizer, eu deixo essa indagação: como uma empresa continua soltando “notas frias”, se ela foi questionada, através do Prefeito de Sinop - e isso foi arquivado - e, inclusive, sabendo-se que a sua inscrição havia sido suspensa?

Sr. Presidente, por que Mato Grosso do Sul, hoje, depois de doze anos, arrecada mais que Mato Grosso, como demonstra uma relação que eu recebi de Brasília, de todos os Estados da União? Eu quero aqui, Sr. Presidente, por que três minutos é muito pouco para um Deputado fazer pergunta, é muito pouco para que nós tenhamos informações... Eu acho que o caminho correto é a CPI...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, INFORMANDO AO ORADOR QUE SEU TEMPO SE ENCONTRA ESGOTADO.)

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - ...para a apuração dos fatos. Muito obrigado.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MAIO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Encerrado o Pequeno Expediente. Informamos que a Mesa teve a tolerância de realizar o Pequeno Expediente até às 10:25 horas, em função da solenidade que nós tivemos na Casa.

Convidamos os nobres Deputados Carlão Nascimento e Romoaldo Júnior para introduzirem no Plenário o Secretário de Estado de Fazenda, juntamente com sua assessoria e os demais Secretários de Estado que o acompanham.

Antes da chegada do Secretário, a Presidência agradece as presenças dos Senhores em nossas galerias, e peço a compreensão para atentarmos para o nosso Regimento Interno, fazendo o máximo de silêncio para que a Sessão possa transcorrer com normalidade.

Informo aos Srs. Deputados que a inscrição encontra-se aberta - há onze Srs. Deputados já inscritos. De acordo com o Regimento Interno, esse período já teria expirado, porém a Presidência terá uma tolerância nos próximos minutos para que os Srs. Deputados ainda se inscrevam.

Já estão inscritos os Deputados Emanuel Pinheiro, Eliene, Alencar Soares, Wilson Teixeira Dentinho, Jair Mariano, Carlos Brito, Silval Barbosa, Serys Shlessarenko, Amador Tut, Carlão Nascimento, Rene Barbour, Zé Carlos do Pátio e Gilney Viana.

Informo que ao início da exposição do Secretário estarão encerradas as inscrições.

(NESTE MOMENTO, A COMISSÃO DESIGNADA PELO SR. PRESIDENTE FAZ ADENTRAR NO PLENÁRIO O SR. SECRETÁRIO VÁLTER ALBANO, ACOMPANHADO DOS SRS. SECRETÁRIOS DE JUSTIÇA E CIDADANIA, DE EDUCAÇÃO, DE AGRICULTURA E ASSUNTOS FUNDIÁRIOS E DE ASSUNTOS INTERIORES, ALÉM DO SR. SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, DO SR. SUBSECRETÁRIO DE FAZENDA E DEMAIS ASSESSORES.)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Faço a leitura dos nomes dos Srs. Deputados inscritos: Emanuel Pinheiro, Eliene, Alencar Soares, Wilson Teixeira Dentinho, Jair Mariano, Carlos Brito, Silval Barbosa, Amador Tut, Carlão Nascimento, Rene Barbour, Serys Shlessarenko, Zé Carlos do Pátio, Gilney Viana, José Carlos Freitas, Pedro Satélite, Moacir Pires, Joaquim Sucena e Nico Baracat.

Informo aos Srs. Deputados que, de acordo com o nosso Regimento Interno, no artigo 501, e com o Requerimento do Deputado Emanuel Pinheiro, o Secretário de Estado de Fazenda, convocado através de Requerimento de autoria do nobre Deputado Emanuel Pinheiro, disporá de 30 minutos para...

O SR. Emanuel Pinheiro - Questão de Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - ...a sua exposição e o fará da tribuna, em pé, a minha direita, e, logo em seguida, iniciaremos o período das interpelações, com três minutos para cada Sr. Deputado inscrito fazer a sua interpelação. Em seguida, na terceira etapa, a inquirição será lida pelos Srs. Deputados.

Com a palavra, para uma Questão de Ordem, o Deputado Emanuel Pinheiro.

O SR. EMANUEL PINHEIRO - Sr. Presidente, com base no Artigo 501, do Regimento Interno, o Secretário Válder Albano terá uma exposição oral de trinta minutos, eu gostaria de solicitar à douta Mesa Diretora e ao Secretário que aproveitem esses trinta minutos para discorrer sobre o anexo da convocação, de nossa autoria, entregue ao Deputado Rene Barbour, Líder do Governo nesta Casa, que continha seis perguntas e que o Deputado Rene Barbour me afirmou tê-las repassadas ao Secretário Válder Albano.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MAIO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

Isso não tem nada a ver com o momento em que eu vou fazer as perguntas para o Secretário, que são elas:

- comprovação da arrecadação mensal do ICMS de julho, de 98 a março de 99;

- qual a destinação desse recurso feito nesses respectivos meses;
- qual o montante arrecadado por cada setor da economia mato-grossense, discriminar mês a mês;

- os agentes da arrecadação e fiscalização estão procedendo à arrecadação do ICMS ou está sendo efetuado por rede bancária? Em caso positivo, encaminhar arrecadação de cada posto fiscal existente no Estado;

- há rodízio permanente do pessoal da SEFAZ nesses postos fiscais? Caso afirmativo, encaminhar toda a escala;

- quais os critérios utilizados na posição dos regimes especiais e que tipo de garantia o Estado solicita? Encaminhar relação das empresas beneficiadas por esse regime.

Dessa forma, Sr. Secretário de Estado de Fazenda, nesses trinta minutos, V. Ex^a já podia responder a essas indagações nossas, contidas no Requerimento de convocação. Isso vai, com toda certeza, ajudar para o prosseguimento, com serenidade, dos trabalhos na manhã de hoje.

Era essa a Questão de Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA)- Eu quero informar aos Srs. Deputados que nós vamos seguir rigorosamente o que já foi anunciado preliminarmente, portanto, não concederemos a palavra pela Ordem, em função de mantermos o combinado, principalmente de acordo com o nosso Regimento Interno.

Eu quero passar às mãos do Sr. Secretário de Estado de Fazenda, antes do seu pronunciamento, as indagações do nobre Deputado Gilney Viana, bem como as do nobre Deputado Zé Carlos do Pátio. Eu não sei se foram entregues à Assessoria da Mesa... Eu pediria ao Deputado Zé Carlos do Pátio que as indagações formuladas na tribuna fossem entregues ao Sr. Secretário...

Informamos também que o Sr. Secretário vai usar livremente do seu período, de acordo com o Requerimento do Deputado Emanuel Pinheiro. Logicamente, nesse prazo, V. Ex^a poderá ainda dar a resposta a respeito das indagações do Deputado Gilney Viana e do Deputado Zé Carlos do Pátio.

Com a palavra, para sua exposição inicial, o Sr. Secretário de Estado de Fazenda, Válder Albano, que dispõe de trinta minutos.

O SR. VÁLTER ALBANO - Exm^o Sr. Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Riva; Exm^o Sr. 1^o Secretário, Deputado Humberto Bosaipo; Srs. Deputados, Membros da Mesa; demais Deputados presentes no plenário; meus companheiros Secretários; membros do Governo; membros da nossa equipe de trabalho; Sr. Subsecretário; Srs. Assessores; Srs. membros da imprensa; Senhoras e Senhores que se encontram aqui nas galerias acompanhando esta importante Sessão:

Eu quero dizer, Sr. Presidente, da nossa satisfação de vir aqui hoje e registrar a todos que, no dia 13 do mês de abril, nós estivemos aqui discutindo assuntos relacionados com a reestruturação do IPVA e, na ocasião, já manifestamos aos Deputados presentes, através do nosso Líder, Deputado Rene Barbour, o nosso interesse em aqui estar para discutir esse

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MAIO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

assunto que atinge a fiscalização do ICMS no Estado e que diz respeito a nossa Secretaria de Fazenda - nossa no sentido de que é a Secretaria em que nós estamos como dirigentes.

Na seqüência, nós tivemos a formalização da convocação, por iniciativa do Deputado Emanuel Pinheiro, e imediatamente manifestamos a nossa disposição de aqui estar, o que foi confirmado por essa data. Então eu agradeço.

Sr^a Deputada, Srs. Deputados, nós temos aqui a incumbência de tratar do assunto que foi objeto de uma denúncia anônima, recebida pela Sr^a Deputada Serys Slhessarenko e por ela encaminhada ao Ministério Público Estadual, e acho que também ao Ministério Público Federal, da qual tomei conhecimento do seu inteiro teor no dia 12 de abril próximo passado.

A denúncia, em síntese, como V. Ex^{as} bem se lembram, refere-se a uma possível existência de uma “máfia do Fisco” no Estado de Mato Grosso, envolvendo servidores da área da fiscalização e, inclusive, quatro membros da equipe gerencial da Secretaria de Fazenda, que estariam, esta “máfia do Fisco”, como diz a denúncia, procedendo à coleta de terceiras vias de notas fiscais relativas à entrada de mercadorias que são adquiridas por empresários mato-grossenses de fora do Estado e, com essa retirada, vendendo no mercado, para evitar, por um lado, que se procedesse à arrecadação de tributos relativos a essas mercadorias e, por outro, lesando o Fisco nesse processo.

Eu queria apenas pedir permissão para também fazer comentários ao final, Sr. Presidente, relativamente a um documento do qual tomei conhecimento informalmente, porque ele foi editado pela imprensa, mas ele foi objeto de uma denúncia da Bancada do PMDB aqui desta Casa, e formalizado também nos Ministérios Públicos Federal e Estadual, que diz respeito à questão de madeira no Norte do Estado. A Bancada dos Srs. Deputados do PMDB teria recebido essas informações de um Procurador da Prefeitura de Sinop. Vou fazer também, se V. Ex^a me permitir, breves comentários sobre isso.

Primeiramente, falarei sobre o ICMS.

Srs. Deputados, essa questão da terceira via é uma questão antiga, tanto no Fisco de Mato Grosso como em todos os Estados brasileiros, e até em algumas outras Federações, outros Países que têm imposto com as mesmas características da arrecadação do ICMS brasileiro.

É um assunto antigo. Se nós buscarmos o conjunto de apurações, seja por via de denúncias formais ou não formais que deram origem à sindicância ou inquéritos administrativos ao longo da história, em todos os Governos, nós vamos localizar sempre problemas relacionados com a terceira via. A terceira via, eu volto a dizer, refere-se à entrada de mercadorias no Estado, aquelas que são adquiridas por empresários mato-grossenses, de fabricantes ou distribuidores que residem fora do Estado - no nosso caso, fundamentalmente do Centro-Sul do País e do Centro-Sul do Estado de São Paulo, e também do Triângulo Mineiro, quando se trata dos grandes distribuidores.

Por conta disso, nós já podemos verificar a importância dos postos fiscais, as nossas unidades de controle, situadas na BR-163, entre Rondonópolis e Campo Grande, em Alto Araguaia, indo para o Triângulo Mineiro, e também em Barra do Garças, com destino à mesma região e à Goiânia, que são pontos importantes.

Somente na nossa gestão, como Secretário de Fazenda, de janeiro de 96 até agora, mais precisamente até 12 de abril, nós tivemos a incumbência de abrir 117 procedimentos administrativos de apuração ou inquéritos para apurar a responsabilidade

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MAIO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

referente a denúncias de toda natureza, envolvendo Agências Fazendárias, postos de fiscalização e também envolvendo órgãos ou pessoas da sede da Secretaria. Essas denúncias tanto foram formalizadas por alguém quanto foram detectadas pela nossa Corregedoria Fazendária.

Nós temos aqui o resultado de todos esses trabalhos que nos conduziram a penalizações de todos os tipos, como repressão, suspensão e demissão dos servidores. Entre as demissões, houve oito casos durante esse período, o que mostra desde logo que o objeto da preocupação da sociedade, o objeto da preocupação dos Deputados, e notadamente da Deputada Serys Slhessarenko, que encaminhou com preocupação esses documentos, são preocupações pertinentes, absolutamente pertinentes, porque no mundo inteiro e aqui no nosso País e no nosso Estado esse assunto é complexo, há vulnerabilidades. E o que eu coloco desde logo é que essas vulnerabilidades, no nosso modo de ver, não nos autorizam ou talvez não devam nos conduzir a imaginar que toda uma Secretaria de Fazenda é corrupta, que todos os seus membros são corruptos e que, por outra via, todo empresariado é corrupto.

O tempo todo aqui me referi a esse assunto, na imprensa e em conversas com autoridades e com pessoas do nosso convívio social, dizendo que é preciso reconhecer que em todo segmento humano, em qualquer extrato social, nós temos boas pessoas e pessoas que não são boas, portanto, é fundamental, no processo de apuração que se encontra em andamento pelo Poder Executivo e pelo Ministério Público Federal e Estadual, que tenhamos clareza da importância de ir fundo nessa apuração, para realmente detectarmos se existem irregularidades, qual a extensão e que pessoas estão envolvidas, para só então prolatarmos, nas vias administrativas ou judiciais, as sentenças cabíveis para cada caso. Antecipar, parece-nos antidemocrático e parece-nos uma medida que fere a legislação brasileira, que é felizmente a legislação de um País democrático.

Dito o que acabo de apresentar sobre a denúncia em si, eu quero dizer o que faz a Secretaria de Fazenda, desde que eu entrei, para evitar que situações como essa continuem a ocorrer e, principalmente, que elas não aumentem.

Em janeiro de 1996 eu encontrei a Secretaria de Fazenda ainda numa situação de órgão antiquado do ponto de vista do uso de tecnologia e de conhecimento.

As atividades informatizadas na Secretaria eram basicamente a arrecadação - esse documento de arrecadação que o empresário paga e que era remetido fisicamente para a Secretaria, para numa central de produção ser digitado - e o Sistema Financeiro, chamado SIAF, com aproximadamente 70% das organizações públicas já integrando esse sistema, que é um sistema contábil de orçamento e de pagamento que dá origem ao Balanço Geral do Estado. Era isso que estava informatizado na Secretaria de Fazenda.

Lembro-me, e inclusive passei-o à imprensa na ocasião, de um projeto desenhado ainda no período de 87 a 90, no período do Governo do Senador Carlos Bezerra, de uma iniciativa de desenvolver um projeto chamado PROFRON, que era de informatização dos postos de fronteiras. Esse projeto foi desenvolvido, mas não pôde ser executado na ocasião - eu não tenho uma avaliação sobre isso, e ele também não pôde ser executado no Governo que o sucedeu. De modo que em 96, já no Governo Dante de Oliveira, nós examinamos esse projeto com profundidade, porque o entendemos necessário, e arregimentamos o CEPROMAT para trabalhar conosco na mudança desse quadro.

A primeira providência foi a informatização dos postos fiscais - depois eu falo rapidamente aqui dos outros projetos. Nós chegamos ao final de 1998 com 80% dos

procedimentos fazendários informatizados. É evidente que não é suficiente colocar numa unidade de qualquer organização, no parque de informática, o que os especialistas chamam de *hardware*, quer dizer, não adianta colocar lá a máquina. Nós tivemos que realizar um esforço muito grande para colocar também o ser humano preparado.

No mês de dezembro de 1996, nós conseguimos aprovar o nosso projeto de informatização dos postos fiscais e da Secretaria de Fazenda junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento-BIRD, com a contrapartida do Governo do Estado e do Governo Federal. Esse projeto de financiamento levou o nome de PNAF-Programa Nacional de Apoio a Administração Fiscal dos Estados, que a partir do projeto de São Paulo, de Mato Grosso e do Ceará, também se estendeu para um projeto nacional, levando esse nome. O que resultou? Hoje, nós temos as unidades estratégicas de fiscalização, situadas no Posto Correntes, em Alto Araguaia e no Pontal do Araguaia, situadas aqui em Cuiabá, no chamado Posto Flávio Gomes, e um posto fiscal lá em Comodoro, que é divisa com Rondônia, aqui na BR-364.

Inauguramos, ainda em dezembro de 1997, todo esse sistema de controle de trânsito de mercadorias, o que permite resolver - o Deputado Hermínio J. Barreto foi funcionário da área e é conhecedor -, permite ter um controle bem rigoroso, bem próximo de 100%, sobre um problema que era maior que a chamada terceira via na história antiga e até recente do Estado, que era chamada de "desova de mercadorias" pelos empresários e as autoridades políticas que conhecem esse assunto. Ou seja, quando um caminhão entra no Estado de Mato Grosso, lá no Posto Fiscal Correntes, por exemplo, se ele se destina à Zona Franca de Manaus, ao Estado do Acre, ao Estado de Rondônia, lá ele recebe um registro do caminhão, da empresa e da nota fiscal, com o tempo previsto no programa de computador. Se esse caminhão não atravessar a saída de Rondônia com o destino que ele registrou, nós já temos condições de acionar o mecanismo de fiscalização para identificar o que é que houve com aquela mercadoria e fazer com que a empresa se responsabilize por aquele desvio.

Mas lá também, nesse trabalho de informatização, foi possível implantarmos a chamada sistemática do ICMS Garantido. A sistemática do ICMS Garantido, Sr. Presidente, foi um projeto de modernização do Governo Dante de Oliveira que mais chamou atenção da sociedade, porque visou, na ocasião - e é o que ocorre - ter um registro de todas as notas fiscais de mercadorias que vêm de fora do Estado, e a partir daí nós temos uma base de dados que são suficientes para, por um lado, fazer um lançamento do ICMS sobre o diferencial da alíquota e também promover a ação fiscal dirigida para empresas que eventualmente venham a sonegar.

Volto rapidamente a essa sistemática importante não só para coibir a questão da terceira via, mas para lançar o imposto como uma forma de também permitir uma ação fiscal mais moderna. Primeiramente, sobre o lançamento do Imposto, nós levantamos, na ocasião, que até 75% dos empresários da área do consumo deixavam de pagar a totalidade do diferencial de alíquota, ou seja, o empresário quando adquire uma mercadoria em São Paulo, paga lá 7% ou 8% - e lá o imposto é de 18% -, porque tem 1% que é para o programa habitacional. Ele deve, ao entrar no Estado, pagar a diferença de 10%. O que nós estamos dizendo é que até 75% dos empresários deixavam de pagar a totalidade dos 10%. Alguns pagavam 8%, outros 7%, outros 4% e outros nada. Nós passamos, então, a fazer o lançamento desse diferencial de alíquota e isso é conhecido como ICMS Garantido.

Essa sistemática também permitiu que nós lançássemos um outro programa importante da nossa modernidade que é a estimativa eletrônica. Os fiscais do Estado sabem

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MAIO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

que até esse projeto ser implementado, em 1998, com vigência a partir de janeiro de 1999, o fiscal tinha que ir em uma empresa lá em Sorriso, por exemplo, adentrar ao estabelecimento, fazer pessoalmente uma verificação das mercadorias existentes e do parque físico daquela empresa e aí ele deveria estimar qual era o imposto que ele deveria pagar.

Agora não precisa fazer isso, não precisa desse contato. Nós temos essa base de dados do ICMS Garantido, o que permite à Secretaria de Fazenda, gerenciando essas informações, fazer o lançamento da estimativa do imposto e apresentar a esse empresário, inclusive o documento de arrecadação automatizado, para que ele receba no seu estabelecimento e proceda ao pagamento.

Como a gestão é democrática e a Lei assim nos orienta, é permitido ao empresário, depois do lançamento, verificar se ele está de acordo ou não, e na forma da lei questionar.

Mas, nós tivemos uma receptividade muito grande desse programa e não temos maiores problemas de diferencial entre o que é lançado pelo Estado e o que é reconhecido pelo empresário.

Dentro do mesmo programa de modernização, nós implementamos o projeto chamado GIA-ICMS Eletrônico. Do mesmo modo é preciso compartilhar aqui, com os Deputados que quando entrei na Secretaria as informações econômicas fiscais, que eram levadas ao conhecimento do Fisco, por um documento chamado DAME - Declaração Anual de Movimento Econômico, de forma anual, o próprio documento já tem esse nome, ele era feito também de forma manual, a empresa fazia uma declaração e remetia pelo correio ou levava às nossas unidades fazendárias.

Até dezembro de 1998, esse Projeto implantado, e as empresas apresentam diretamente do seu escritório, quando a contabilidade é interna, ou através do escritório de contabilidade, que reúne um conjunto de empresas diretamente via eletrônica para nossa central de computação e essa informação é feita como nós fazemos hoje na questão do imposto de renda, utilizando a *internet*.

Esta outra base de dados que é a GIA-ICMS, permite ao Governo, juntamente com o ICMS Garantido e com controle de trânsito, fechar agora dois programas importantes: um é o chamado Conta Corrente do Contribuinte, que com essa base de dados, nós estamos fechando a Conta Corrente agora em 1999. Nós vamos monitorar o contribuinte à distância, e só fazendo uma atividade repressiva naqueles casos em que a Conta Corrente indicar, ou seja, quando a partir das informações do ICMS Garantido, a partir das informações do movimento econômico. Essa GIA-ICMS é mensal e semestral, dependendo da magnitude da empresa.

Então, a partir desses dados, nós temos a Conta Corrente e vamos detectar se uma empresa teve um decréscimo na sua arrecadação, aí nós vamos objetivamente naquela empresa com a fiscalização para fazer a conferência e adotar a medida corretiva.

Isso, por um lado, tem facilitado muito a gestão fazendária pelo Governo e, por outro lado, tem facilitado demais a atenção ao contribuinte, que o empresário que gera emprego, que recebe o imposto da população e tem que recolher ao Estado, ele é o intermediário nesse processo. Então, tem facilitado demais!

Bem, depois de nós termos elaborado todo esse projeto, o que é que nós projetamos para o período de 1999 a 2002? Projetamos consolidar essa Conta Corrente a que me referi e, também, implantar dois projetos, um dos quais nós começamos agora na quinta-feira próxima passada.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MAIO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

Quais são os projetos? É o Projeto SITRAN e o Projeto SINTEGRA. Isso sempre na linha de melhorar os controles para combater a evasão e a sonegação fiscais.

Eu não sei se é demais pedir aos Srs. Deputados para me ouvirem, por dois, três minutos, sobre o SINTEGRA.

O SINTEGRA é um programa que integra o Estado de Mato Grosso às nossas regiões fornecedoras, tanto de grandes atacadistas como de fabricantes, ao invés de nós estarmos lá na fronteira, controlando fisicamente a entrada de mercadorias, nós vamos receber esse controle, via eletrônica, a partir daquela atacadista, ou daquele fabricante. Testamos, agora, na quinta-feira próxima passada, esse modelo, que já tem três Estados brasileiros no projeto, os vinte e sete vão entrar ao final, mas treze já estão, e nós testamos com três Estados, e foi possível ver que é realmente um projeto interessantíssimo, porque nós vamos deixar de fazer uma fiscalização física aqui na barreira e com a nossa capacitação, a capacitação do profissional fazendário, ele vai poder fazer auditoria lá na origem, num trabalho coligado com o Estado de origem. Se São Paulo, a fiscalização de Mato Grosso e de São Paulo, fazendo auditoria na empresa, através de seus meios eletrônicos para verificar o que veio para Mato Grosso. Essas mercadorias, cujas informações vêm ao Estado por meio eletrônico, não precisam ser conferidas na barreira. As nossas barreiras serão diminuídas no tamanho - esse tamanho que eu digo é de necessidade de pessoas e de instrumentos, e nós vamos estar na fiscalização mais rotineira das saídas ou entradas mesmo de mercadorias menores.

O outro Projeto é o SITRAN, que é interno. O SITRAN é para fazer esse mesmo controle, a partir de fabricantes ou de atacadistas instalados no Estado em relação ao varejo. O mesmo trabalho, ao invés de nós termos o controle físico, nós vamos ter o controle por via eletrônica.

Além desses projetos, nós começamos a desenvolver, em 1996, a parceria com os Municípios. Nesse projeto parceria, que é inédito no Estado na questão do ICMS, esse projeto é que permite hoje aos Municípios como Juína, Feliz Natal, Barra do Garças e tantos outros, conhecer o que realmente ocorre no ICMS e participar do processo de controle.

Os Senhores devem se lembrar que até então era comum dizer que esse negócio do ICMS e a participação dos municípios era uma “caixa preta”, não é Deputado Nico Baracat?

A gente ouvia muito isso. Mas, com essa abertura que nós começamos a fazer, os convênios com os municípios foi possível a troca de informações e foi possível também envolver a prefeitura nesse controle. Eu registro aqui como ponto importante a inversão que nós fizemos na nossa gestão de exigir primeiro o alvará de funcionamento do estabelecimento, expedido pela prefeitura, para só depois fazer aqui a inscrição estadual. Era o inverso. E eu imagino que os Senhores podem até dizer: “Mas, era um absurdo, o inverso”. Mas era assim. Então, primeiro o alvará e por essa via nós já estamos checando lá na origem ou adotando medidas lá na origem para não haver a tal da “empresa fantasma”. Subseqüentemente, combinamos com os prefeitos, numa reunião em dezembro de 1996, com os prefeitos eleitos, que tomariam posse, como tomaram em 1º de janeiro de 1997, para que, no caso de Regime Especial, fosse também uma exigência a partir dali uma declaração, uma certidão da prefeitura quanto à existência do estabelecimento, o seu capital inicial, enfim, o seu parque para evitar também que nos casos de regimes especiais viessem existir empresas “fantasmas”. A empresa pode até, qualquer uma delas, operar de forma fraudulenta, é uma

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MAIO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

outra coisa, mas ela não é um fantasma, no verdadeiro sentido, ela não existe fisicamente, ela não está registrada e porquanto ela é uma empresa fantasma. Esses são os que considero ponto fundamentais desse período também de 1996 até agora.

O que apresentamos à Associação Mato-grossense dos Municípios subseqüentemente? Que em razão de todos esse projetos de modernização deixa de existir a necessidade imperiosa do Estado ter postos fiscais dentro do Estado, mantendo os de fronteira e dois postos estratégicos aqui dentro, o Flávio Gomes aqui em Cuiabá e o de Jangada em Jangada.

Transferimos poder aos municípios com base na Lei Complementar Federal nº 63, que dá ao município direitos e deveres sobre o ICMS, dá ao Estado direitos e deveres sobre o ICMS, transferimos a possibilidade dele ter instrumento de controle da sua produção, através de instrumentos próprios, guias municipais, através da nota fiscal junto ao INDEA, enfim, vários instrumentos e também pudemos delegar ao Município - e já existem municípios fazendo isso - para ele ter também o seu posto fiscal para fazer a retenção da mercadoria quando ela estiver desacobertada de documentos fiscais. Esses pontos que nós consideramos essenciais para coibir a evasão e sonegação fiscais e temos realmente o controle sobre o ICMS.

Finalizando esta parte para entrar rapidamente nas questões do anexo apresentadas pelo Deputado Emanuel Pinheiro, sobre as quais eu tenho muito interesse em falar, eu quero dizer que, a partir do dia 12 de abril, quando o Ministério Público começou a trabalhar, eu diria publicamente o assunto, porque membros do Ministério Público já havia me informado que eles vinham trabalhando antes, nós tivemos a oportunidade de conversar com o Ministério Público Federal e Estadual, dizendo o seguinte: esse Projeto de modernidade, no nosso modo de ver, ajudará e muito o trabalho de investigação. Imaginem os Senhores, verificar a questão da 3ª via sem nenhum registro aqui na Secretaria das notas fiscais de entrada! Imaginem os Senhores!

Hoje, nós fornecemos ao Ministério Público não só o meio físico, Srs. Deputados, como também o meio eletrônico. E tivemos, inclusive, a oportunidade de despachar com a Comissão do Ministério Público, e quarenta e um fiscais de tributo, Deputado Hermínio J. Barreto, foram convocados pelo Ministério Público para contribuir nesse levantamento, o que mostra por um lado que tem a parte séria do Fisco, que não só trabalha seriamente, mas também contribuirá com o Ministério Público. E eu quero dizer que a requisição foi feita pelo Ministério Público e essas pessoas escolhidas pelo Ministério Público. Não há nenhuma indicação nem da Secretaria nem de ninguém. Mas, vai ser possível examinar todo esse material de forma muito rápida, no nosso modo de ver. Do mesmo modo que o Projeto da GIA-ICMS Eletrônico e o Projeto Parcerias.

Quero citar um exemplo do Projeto Parcerias. Não seria possível, por exemplo, ao Prefeito de Juína, Dr. Ságuas e o seu Secretário, que no Projeto Parcerias vem fazendo um grande trabalho, não seria possível a ele conferir aqueles dados que ele já nos passou em 1998, já passou em 1999, que nós temos trabalhado em conjunto, se não houvesse a parceria e se não houvesse os nossos meios eletrônicos.

Antes, os municípios, Deputado Pedro Satélite, ficavam sem saber. O Senhor que, como eu, é do interior, sabemos que o município só esperava o dia de creditar na conta. Hoje, não. O município participa do processo. Ele verifica uma nota, ele percebe que a nota é "fria", faz a comunicação à Secretaria de Fazenda, a Secretaria de Fazenda faz a verificação *in*

loco, enfim esse trabalho é desenvolvido em conjunto. É evidente que nesses 126 ou 127 municípios existem prefeituras que não têm condições de ter uma participação mais efetiva. Existem umas que não manifestaram interesse, mas existem aquelas que aguerridamente vêm nos ajudando nesse processo.

Então, isso nos parece assim fundamental e tem ido muito bem. Eu quero comentar rapidamente o anexo apresentado pelo Deputado Emanuel Pinheiro. Primeiramente, o Deputado pergunta, não é bem pergunta, ele coloca as questões: Como é que funcionam as jornadas nas unidades operativas de fiscalização chamados Postos Fiscais?

Essas jornadas já ocorreram de várias formas, mas a que está vigente desde o período do Governo Jaime Campos é um período de 10 dias de turno. Um funcionário trabalha 10 dias e se ausenta 10, ou seja, ele tem um regime de 240 horas durante o mês.

Cada unidade operativa tem uma quantidade de servidor, aquela que tem um volume maior, que é o caso do Correntes, chega a ter 16 servidores por jornada. Tem determinados postos, como de Cocalinho, que tem duas pessoas. Mas, o regime é de 10 dias, alternando 20. Então, esse é o regime de trabalho das jornadas.

Dentro da jornada, Deputados, tem as designações, quem trabalha com entrada de mercadorias, quem trabalha com saídas de mercadorias, quem coordena o ICMS Garantido, lá há a divisões de tarefas.

Outro ponto do anexo: o que é regime especial, quais são suas normas? Regime especial é um regime de apuração e de pagamento. A indústria e o comércio tem como regime legal de apuração e de pagamento...

O SR. PRESIDENTE (RIVA - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - A Presidência concede mais três minutos para a exposição final.

O SR. VÁLTER ALBANO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O regime de pagamento já é de apuração mensal e de pagamento mensal. Os produtos primários e semi-elaborados, o regime é de pagamento no ato, quando faz a comercialização, tem que pagar o imposto.

O regime especial, no produto primário semi-especial elaborado, ele ocorre de você atribuir a esse segmento também o regime de apuração mensal e o pagamento mensal. Esse é o regime mensal.

Quais as garantias que exige do Estado? O Estado exige uma garantia de um movimento econômico e uma garantia real, que pode ser um bem físico ou um documento de garantia fiduciária, ou seja, uma carta, por exemplo, de fiança de um Banco.

É colocado também quanto o Estado arrecada por segmento econômico, nós temos aqui uma planilha, eu acho que não será possível, nessa introdução, mas eu coloco depois qual a destinação dos recursos dessa arrecadação. Nós temos feito no mês subsequente ao mês que ocorreu a despesa, nós fazemos no mês subsequente. Só não fizemos no período eleitoral, de maio a dezembro, porque nós fomos notificados pelo Tribunal Eleitoral dizendo que era para suspender, porque também poderia ser entendido como uma propaganda do Governo.

Pergunta se a arrecadação é feita nos postos fiscais ou na rede bancária. Nós temos parte absoluta da arrecadação em rede bancária, e a partir de novembro do ano passado, nós passamos o que era de posto fiscal para as agências fazendárias, no posto fiscal ficou só com a atividade fiscal e só arrecada o que é decorrente da ação fiscal e, constatando a fraude, então ele faz arrecadação daquele documento.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MAIO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

É isso, e fica o segmento econômico, Deputado Presidente, para nós detalharmos depois. Muito obrigado por enquanto.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Informo aos Srs. Deputados inscritos que daremos início à formação dos quesitos pelos Srs. Deputados, seguindo a ordem de inscrição.

Em função da prioridade, por ser o autor do Requerimento, concedo a palavra ao nobre Deputado Emanuel Pinheiro, por três minutos.

Antes porém, informo ao Sr. Secretário de Estado da Fazenda que disporá de cinco minutos para responder ao quesito formulado pelo Deputado Emanuel Pinheiro.

O SR. EMANUEL PINHEIRO - Sr. Presidente, nobres Deputados, Secretários de Estado que prestigiam esse Requerimento convocatório do Secretário Válder Albano, de nossa autoria, imprensa, meus Senhores, minhas Senhoras:

Após a sua explanação, Sr. Secretário, eu gostaria de pedir a V. Ex^a que encaminhasse a cópia desses documentos dos seis itens que eu encaminhei via Deputado Rene Barbour, Líder do Governo, a V. Ex^a e V. Ex^a respondeu de forma resumida aqui, até em função da exigüidade do tempo.

Tenho mais cerca de 12 perguntas a fazer a V. Ex^a e eu já fiz um apelo ao Presidente que distribua bem o tempo no momento do debate, que cada Deputado possa mostrar, juntamente com o Secretário, à sociedade mato-grossense, com clareza e transparência, todos os quesitos, todas as perguntas, para que possamos absolver a versão oficial do Governo do Estado sobre o escândalo de corrupção na Secretaria da Fazenda.

São as seguintes perguntas, Sr. Secretário: o afastamento dos funcionários citados na carta anônima, divulgada pela imprensa e de conhecimento público, foi decidido somente com base nessa carta ou existem provas levantadas pelo Ministério Público; e por que V. Ex^a, por uma questão ética, não se afastou do cargo, entregando o cargo de Secretário ao Governador Dante de Oliveira?

Segunda pergunta: com a suspensão dos regimes especiais, a partir do dia 10 do corrente mês, significa que todos eles foram concedidos dentro de um esquema com grande volume de fraude ou os justos vão pagar pelos pecadores, com esse corte indiscriminado?

Terceira: o Governo vai ter que repensar na atual sistemática de fiscalização. O que V. Ex^a acha de voltar a implementar um sistema de participação em multas, que evitava situações que hoje estão ocorrendo e estarecendo toda sociedade, até em âmbito de Brasil?

Quarta: caso essas denúncias, que foram divulgadas, sejam verdadeiras, como V. Ex^a explica ter total desconhecimento desses esquemas, levando-se em conta que todos julgamos, e pela sua explanação, aqui, ficou claro isso, que V. Ex^a tem um amplo conhecimento na área fazendária?

Quinta: por que a Secretaria de Fazenda parou de divulgar na imprensa local o demonstrativo de Receita e a respectiva aplicação, mensalmente?

Sexta: em 1998, Mato Grosso do Sul arrecadava cerca de 40% a menos que Mato Grosso, com as denúncias de corrupção, naquele Estado co-irmão, em abril de 1999 a arrecadação já superou a nossa. V. Ex^a acredita na melhoria da performance da sua receita daqui para frente? Qual a sua expectativa como Secretário de Fazenda do Estado de Mato Grosso?

Sétima: como V. Ex^a explica a compra de fazenda em Juscimeira, em nome de um testa-de-ferro, irmão de sua assessora Elizabete, que foi divulgado pelo Jornal *FOLHA DO*

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MAIO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

ESTADO, datado de domingo, 25 de abril de 1999, com cópia de documentos e certidões cartoriais?

Oitava: qual a sua avaliação sobre a capacitação técnica dos funcionários da Secretaria de Fazenda, especialmente os integrantes do Grupo TAF, que se tornaram os “leprosos” da sociedade nos dias de hoje?

Nona: o que foi feito de concreto, apesar de que V. Ex^a explicou muito isso aqui, no sentido de modernizar a máquina fazendária? Será que a máquina está tão moderna assim, Secretário? E a situação espelhou-se dessa forma? Eu gostaria que V. Ex^a ...

O SR. PRESIDENTE (RIVA - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Concedo a V.Ex^a mais um minuto para as considerações finais.

O SR. EMANUEL PINHEIRO - Eu já estou para concluir, Sr. Presidente.

Décima: o resultado da arrecadação própria do Estado, o pedido nesses três últimos anos, satisfaz o Governo? Se positivo, explicar a campanha que, desde o primeiro dia do Governo Dante de Oliveira, se faz contra o Fisco Estadual, antes até de V. Ex^a ser Secretário. Estávamos sempre recebendo a visita do Grupo TAF e dos AFAZ, todos eles aqui, sempre reclamando que o Governo tem pouca vontade política para com essa categoria. E, se negativo, o que o Senhor efetivamente está fazendo como Secretário, caso V. Ex^a acha que a arrecadação não está a contento.

Décima primeira: sabe-se que a criação do ICMS Garantido visava principalmente eliminar a comercialização das chamadas terceiras vias, cobrando diferencial de 10%, V. Ex^a já explicou, nos postos de divisa, na entrada do produto no Estado. Por que esses documentos são processados em Cuiabá e não nos postos de divisa?

(O SR PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, COMUNICANDO AO ORADOR QUE O SEU TEMPO ESTÁ ESGOTADO) ...

O SR. EMANUEL PINHEIRO - Faltam mais duas perguntas, Sr. Presidente.

O SR PRESIDENTE (RIVA - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Eu pediria ao Deputado Emanuel Pinheiro para o cumprimento do prazo...

O SR. EMANUEL PINHEIRO - Sr. Presidente, só mais trinta segundos?

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - ...até porque nós temos dezenove inscritos e a Sessão, como V. Ex^a bem sabe, só pode ser prorrogada por uma hora. Trinta segundos e o tempo de V. Ex^a estará encerrado.

O SR. EMANUEL PINHEIRO - Muito obrigado.

Décima segunda: com relação à suposta “máfia do combustível”, qual a medida efetiva tomada pela Secretaria de Fazenda para coibir essa evasão?

E, por último, uma pergunta bem pessoal de Deputado para o Secretário de Fazenda do Estado de Mato Grosso, parece uma pergunta piegas, mas é uma pergunta muito séria, Secretário: O Governador Dante de Oliveira tinha conhecimento em conversas informais com V. Ex^a na residência dele, ou no cotidiano, em despachos ordinários, algum dia o Governador teve conhecimento de algumas dessas denúncias de corrupção na Secretaria de Fazenda do Estado de Mato Grosso?

Eram essas as minhas indagações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, o Senhor Secretário de Estado, Válder Albano, que dispõe de cinco minutos.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MAIO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

O SR. VÁLTER ALBANO - Eu acho que eu vou tentar responder rapidamente, Deputado Emanuel Pinheiro, as perguntas, porque cinco minutos é muito pouco, e se alguma ficar sem resposta, eu quero dizer que o farei por escrito.

Então, rapidamente: “O afastamento de funcionário citado na carta anônima divulgado pela Imprensa foi decidido somente com base na carta, ou existe levantamentos do Ministério Público?” O afastamento de todos os servidores das suas atividades funcionais foi feito com base na carta anônima e num posicionamento da comissão do Governo que está procedendo à apuração através de uma sindicância. Quatro dos membros, quatro das pessoas citadas na carta anônima eram gerentes, três delas já haviam pedido demissão do cargo de gerente, três delas haviam pedido no dia 07 de abril, cinco dias antes de eu tomar conhecimento do teor da carta anônima, e uma delas só veio a pedir depois de afastada do cargo. O afastamento, então, foi com base na denúncia anônima e isso para facilitar a própria vida das pessoas e as apurações e o pedido de desligamento da função é a pedido de todos. Não há uma decisão de ninguém sobre isso.

Se os regimes especiais suspensos agora, a partir do dia 10, se isso é uma admissão, pelo Governo, de que existem problemas. Eu quero dizer que particularmente acredito muito no instituto Regime Especial como forma de facilitar a vida do contribuinte, principalmente quando é uma empresa com grande volume de operação - tem empresa aí que no pico da safra opera com mais de 50 caminhões por dia e, com isso, se cada caminhão tiver que ter uma nota fiscal, um documento de arrecadação, é muito complicado.

Os Estados brasileiros, todos, dentro da Lei Nacional do ICMS operam com Regime Especial, uns com mais, outros com menos.

No trabalho que nós vínhamos realizando, e que o Governador aprovou, de reestruturação do Sistema Tributário - ele aprovou no dia 05 de abril - nós já prevíamos a modificação no Regime Especial para restringi-lo a empresas que realmente tenham uma tradição fiscal confiável.

No setor da madeira nós já vínhamos suspendendo desde 1998, eu vou ter oportunidade de dizer, e nós completamos agora.

Se o Governo vai ter que repensar o sistema de fiscalização. Nós já estamos fazendo isso com todos esses projetos. A fiscalização tradicional não tem como frutificar. Os projetos que eu citei na abertura são todos no sentido de fazer do fiscal um gerente de informações e só fazer atividades repressivas no caso concreto.

Caso as denúncias divulgadas forem verdadeiras, como explicar total desconhecimento. Eu estou no aguardo do relatório de ambas as comissões que vão ocorrer no prazo certo. Eu posso dizer que a área fazendária é uma área complexa e detectar problemas e responsáveis. Eu mesmo fiz isso como dirigente ao longo desses três anos nos 117 casos a que me referi. Então, é muito provável que exista problema sim. Antevejo que não é problema generalizado. Antevejo mais ainda, que a modernidade é que possibilitará se detectar mais concretamente a existência ou não do problema. Lembro-me, inclusive que em 1992, essa mesma denúncia, quando feita, me parece que foi inclusive objeto não só de atuação do Ministério Público, mas também de uma CPI e essas organizações tiveram, Legislativo e Ministério Público, muito dificuldade para chegar a resultados concretos, segundo eu ouvi dizer dos relatos da ocasião. Eu não vi esses processos, mas ambas as instituições tiveram muita dificuldade. Tenho certeza que agora tem mais facilidade. Porque a SEFAZ falou em divulgar os informativos, eu já disse, nós não paramos, nós retomamos agora em janeiro,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MAIO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

fevereiro e assim sucessivamente, e é o primeiro Governo que faz essa divulgação, isso o Governador Dante de Oliveira não abre mão.

Em 1998, o Mato Grosso do Sul arrecadava cerca de 40% a menos que Mato Grosso e depois passou a arrecadar mais a partir de denúncias de corrupção. Nós trabalhamos muito juntos, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. No Governo do Wilson Barbosa havia um problema sério de gerenciamento da fiscalização e só como exemplo, se eu não estiver enganado, no mês de dezembro, ou de novembro, eu não me lembro, o Dr. Wilson Barbosa ligou para o Governador Dante de Oliveira, nós arrecadamos 80 milhões, eles arrecadaram me parece 40, 43 milhões. Ele estava no penúltimo mês de Governo, nós já estávamos com a reeleição. Mas o certo é que houve uma melhoria substantiva. O Secretário de Fazenda, o Dr. Paulo Bernardo é uma pessoa extremamente competente, eu não tenho tempo de dizer, mas ele mudou o sistema de fiscalização, colocou um sistema tradicional, porque a parte de modernização ainda não está no mesmo nível que Mato Grosso está, mas com certeza avançará, nós inclusive estamos com um trabalho de cooperação. Ele está fazendo copiamento de notas fiscais nos postos caso a caso, aumentou a sua equipe.

O SR. PRESIDENTE (RIVA - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Concedo a V. Ex^a mais três minutos por entender a prioridade do Deputado Emanuel Pinheiro, autor do Requerimento.

O SR. VÁLTER ALBANO - Obrigado, Sr. Presidente.

Então, ele está fazendo esse copiamento e também teve o seguinte: ele suspendeu em fevereiro cerca de 70, 80% dos regimes especiais de pequenas empresas e com a suspensão de regime especial, eu já respondo lá na frente. Com a suspensão de regime especial você puxa do mês subsequente uma arrecadação do mês atual.

No dia 11, Deputado Emanuel Pinheiro, Srs. Deputados, agora nós vamos ter empresas que vão pagar, que tinham regime especial, que pagariam imposto somente no dia 10 de junho, vão pagar agora no dia 11, 12, no dia 13, então haverá uma arrecadação de junho que será antecipada para maio. Não se pode dizer que a arrecadação de maio cresceu tanto, porque na mesma proporção vai diminuir na de junho. Então, esse é um cuidado que nós vamos ter que ter e que Mato Grosso do Sul está tendo este cuidado de dizer, embora muita gente diga: “Olha, cresceu! Agora a arrecadação passou a tanto...”. O Paulo Bernardo vai ter essa dificuldade no mês subsequente. Mas isso é perfeitamente explicado.

“Como o Senhor explica a compra de fazenda, em Juscimeira, em nome de um testa-de-ferro, irmão da Assessora Elizabete?”

Olha, Deputado, essa é uma denúncia que não tem nenhum sentido. Quero até dizer ao Senhor e aos Deputados que eu, particularmente, cada dia ouço uma coisa diferente. “Olha, o Senhor tem uma fazenda no Município de Bonito, em Mato Grosso do Sul, tem uma em Goiás, tem uma em Barra do Garças, tem uma em Cuiabá...” Eu ouço isso todo dia. Tomei o cuidado de pedir à minha Assessora Deolinda para pegar a Certidão Negativa e Positiva, onde consta que aqui em Cuiabá eu tenho apartamento e coisa e tal. Então, eu peguei tudo, está aí comigo, se o Ministério Público precisar - acho que nem precisa, porque ele mesmo já faz essa pesquisa. Mas, é uma denúncia leviana, não sei qual é a origem, não sei porque o jornal fez isso e eu acho que qualquer um de nós está sujeito a isso.

Como eu disse, nós temos um relacionamento muito bom com municípios e dentre os municípios, Juína. Eu vi aí o sofrimento do Prefeito de Juína, lá na minha sala de trabalho, dizendo: “Como é que pode uma denúncia dessa?” Eu disse: “É isso, é uma denúncia

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MAIO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

anônima também, eu que o conheço sei que o seu trabalho é muito sério.” Eu conheço o trabalho dele, mas eu só estou dando um exemplo, apenas um exemplo.

Qual é a minha avaliação sobre a capacitação técnica dos funcionários da SEFAZ. A minha avaliação é extremamente positiva e eu já trabalhei em várias áreas do setor público e não tive a oportunidade de trabalhar com uma Secretaria igual a de Fazenda. É muito preparada. Eu deixo as últimas perguntas para depois.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Eu solicito a compreensão dos Srs. Deputados, uma vez que todos querem ter oportunidade de formular os seus quesitos, para que as respostas que não forem concretizadas aqui, mesmo porque vários Deputados farão também a mesma pergunta, seja respondida posteriormente pelo Secretário por escrito.

Com a palavra, para interpelar, o nobre Deputado Eliene, que dispõe de três minutos.

O SR. ELIENE - Sr. Presidente, Sr. Secretário Válder Albano, eu quero fazer aqui três ou quatro perguntas também. O primeiro questionamento é o seguinte: A denúncia foi feita no dia 12 de abril, mas nos meios de comunicação, nós lemos aí que já havia, por parte da Secretaria, um trabalho de investigação sendo encaminhado desde outubro, ou desde o início do ano passado. Desde quando o Senhor tomou conhecimento desse desvio da arrecadação do Fisco?

A segunda: se tomou conhecimento, anteriormente a 12 de abril, que providências foram tomadas, que forma de trabalho estava sendo feita para apuração?

Outra pergunta: fala-se que esses desvios chegam à ordem de 30 milhões de reais/mês. Então, eu gostaria que o Senhor comentasse também qual o montante dos prejuízos pela sonegação aos cofres públicos? Se o Senhor tem isso aí, se tem uma projeção, ou não. Parece-me que o Senhor comentou, mas eu gostaria, se tivesse tempo, que frisasse, detalhasse mais a questão do SINTEGRA e o SITRAN, a forma de trabalho dos comitês tanto lá fora nos outros estados, como aqui internamente, mais detalhadamente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, o nobre Secretário de Fazenda que dispõe de cinco minutos.

O SR. VÁLTER ALBANO - Deputado Eliene, como eu informei na exposição inicial, eu tomei conhecimento do teor dessa denúncia no dia 12 de abril, às 17:00 horas, no gabinete do Governador, que acabara de receber das mãos do Chefe do Ministério Público Estadual, Dr. Antônio Hans. Inclusive, rapidamente, o Governador já ouvira dizer que havia uma denúncia, mas só tomou conhecimento do seu teor também naquela data.

Agora, denúncias parecidas com essa, de desvio de atuação de servidor fazendário, de desvio de receita, denúncia como essa, elas ocorrem reiteradamente. Por parte de cidadão comum, de caminhoneiro, de prefeito, dos próprios membros da SEFAZ, isso sempre ocorre. As medidas são sempre as mesmas e a legislação nos orienta e determina, nós temos que abrir uma sindicância, tem uma corregedoria que faz isso. Dependendo do resultado, se o fato é concreto, indício de responsável, abre-se um inquérito para se responsabilizar e depois de ter o resultado nós remetemos ao Ministério Público.

Existem “enes” processos remetidos no Ministério Público. E, volto a dizer que na minha gestão nós abrimos 117! No início eu me referi a essa denúncia.

Na questão da madeira, nós tomamos conhecimento desde 1998, fizemos uma reunião em Sinop, em Alta Floresta e Juara, por minha convocação, eu convidei os Prefeitos, madeireiros e secretários de finanças, nos dias 3, 4 e 5 de junho de 1998,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MAIO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

sucessivamente em Sinop, Alta Floresta e Juara. Discutimos esse assunto e deferimos um conjunto de medidas que iam desde suspensão de inscrição, suspensão do Regime Especial até o levantamento fiscal de profundidade. Essas são as providências.

Bem, V. Ex^a colocou que se fala num desvio mensal da ordem de 30 milhões da arrecadação. Esse número, eu não sei se é mais, eu não sei se é menos, não se pode ter uma idéia. Primeiro nós temos que conhecer a existência do problema, depois a sua extensão e só aí se pode quantificar. Eu vou aguardar o trabalho das duas Comissões. Acho esse número exagerado, mas vou aguardar, acho que é meu dever aguardar.

Sobre o SINTEGRA e o SITRAN, eu procurei falar com uma certa rapidez e agora eu acho que também não dá muito tempo, mas a síntese dele é o seguinte: nós vamos deixar de conferir uma mercadoria física no posto fiscal e fazer a auditagem das transmissões de informações por meio eletrônico. Eu acho que essa é a plenitude. A nossa equipe técnica esteve, inclusive, conhecendo experiência da União Européia, nós fizemos isso num conjunto de técnicos do Brasil e a nossa equipe foi e esse é o modelo feito nos países da União Européia. E é o que nós estamos implantando aqui em diversos estados brasileiros. Internamente, porque nós precisamos controlar também a saída da nossa produção, dos grandes atacadistas para o comércio varejista.

Eu quero ter depois uma oportunidade, mais à frente, de expor, talvez aqui na própria Assembléia Legislativa, só sobre esse Projeto, nós vamos conversar sobre isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para formular os seus quesitos, o nobre Deputado José Carlos Freitas.

O SR. JOSÉ CARLOS FREITAS - Sr. Secretário Válder Albano, Sr. Presidente, Srs. Secretários de Estado aqui presentes.

Sr. Secretário, qual é o impacto que realmente estará na arrecadação estadual, em relação à desativação dos postos fiscais internos e alguns de fronteiras? Em que consiste o SINTEGRA e quais seus benefícios para o Estado? Qual foi o comportamento na Receita do Estado, no período de 1995 a 1998, em relação ao PIB do mesmo período? Por que a CORMAT é quem recebe o IPVA no posto do DETRAN, e por que não o Banco privado, o Banco de um órgão estadual ou federal?

Por que Sinop tem a metade dos veículos em relação ao Município de Várzea Grande e arrecada mais IPVA. Então, pelo difícil controle das prefeituras, V.Ex^a não pode repassar direto pelo DAR a arrecadação de 50%, direto da conta da Prefeitura, e 50% direto aos cofres públicos do Estado?

Sr. Secretário, a pergunta que faço também é que existe um ICMS devido, em face ao recolhimento da CEMAT, ao Município de Várzea Grande desde 1997, em aproximadamente três milhões. Que dia a Prefeitura pode-se valer do encontro de contas?

Sr. Secretário, pergunto ainda se existe, já confirmado, crédito de quinhentos e dezenove mil reais referente ao IPVA, já compensado pela SEFAZ, desde 1997, e quando o município poderá buscar o seu crédito?

Eram só essas perguntas, Sr. Secretário. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para responder aos quesitos do Deputado José Carlos Freitas, o Secretário Válder Albano, que dispõe de cinco minutos.

O SR. VÁLTER ALBANO - Sr. Deputado José Carlos Freitas, qual é o impacto da desativação de postos fiscais sobre a nossa Receita...

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MAIO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

Não há nenhuma correlação entre a desativação de postos e a diminuição de Receita. Nós estamos desativando os postos internos e não os de fronteira, e a desativação de postos, com exceção de Jangada e aqui de Cuiabá, acontece quando é substituído por outro instrumento que o município vai utilizar, seja de posto fiscal mesmo, ou seja os outros instrumentos que a SEFAZ colocou à disposição para controlar a sua produção na saída. É da seguinte forma, Deputado: para o Estado, em termos de volume de ICMS, não tem importância se a mercadoria é de Feliz Natal, é de Várzea Grande, ou se é de Rondonópolis, o que importa é que paga imposto. Mas, para o município, é muito importante saber de onde vem a mercadoria. Por quê? Porque é com base na mercadoria do seu município que ele participa do bolo do ICMS.

Então, nós criamos esses instrumentos de controle, colocamos nas mãos das prefeituras, confiando na Prefeitura que historicamente não confiou. Mas eu tenho como experiência de Secretário de Educação que a prefeitura realiza muito mais efetivamente do que o Estado e do que a União. Isso V. Ex^a sabe, V. Ex^a já trabalhou como vice-prefeito em prefeitura, nós temos vários ex-prefeitos aqui.

Então, o município tem essa capacidade, e esse trabalho está indo bem. Nós temos vários exemplos e eu garanto a V. Ex^a que a tendência é de melhorar a arrecadação e, principalmente, a participação do município no bolo do ICMS. Digo, inclusive, que apesar da expectativa de crescimento negativo do PIB em 1999, o projeto da Secretaria de Fazenda é que nós vamos ter um crescimento real da Receita acima da inflação, da ordem de 10%, por causa do conjunto de medidas que foram adotadas em 09 de janeiro.

A segunda pergunta é sobre o SINTEGRA, eu queria me permitir dizer que foi aquilo que eu falei aqui para o Deputado Eliene, meu companheiro, meu amigo Eliene, com relação ao comportamento da Receita no período de 1995 a 1998. Nós encomendamos um estudo da nossa Consultoria Econômica junto com o INPEA e detectamos que o crescimento da Receita no período de 1995 a 1998 em relação ao período de 1991 a 1994 foi de 31% em termos reais, e aí já é descontado os efeitos da Lei Kandir. Se não tivesse a Lei Kandir na desoneração das exportações, a situação era bem melhor.

V. Ex^a pergunta: por que a CORMAT recebe IPVA e não o banco. Na verdade, o nosso contrato é com o Banco do Brasil, a CORMAT é contratada pelo Banco do Brasil para fazer o transporte. O IPVA e a prefeitura, por que não se destinam automaticamente? Ele é destinado automaticamente no banco e quando o Estado teve problema - já respondo a questão de Várzea Grande - o Estado teve um problema, porque havia por um período, eu não me lembro exatamente o período, mas desde o Governo do ex-Governador Jaime Campos que se recolhia em Cuiabá, como se de Cuiabá fosse, embora o veículo fosse de Tangará da Serra, por exemplo, ou de Várzea Grande; recolhia em Cuiabá e ficava em Cuiabá. A Secretaria de Fazenda levantou isso, município por município e entregou nas mãos do Presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios-AMM Jair Benedetti, para ele discutir com os municípios a forma de repartir o prejuízo.

Então, está nas mãos da AMM. Eu sugiro a V. Ex^a, inclusive conversando com o Prefeito de Várzea Grande, que se possa agilizar esse assunto dentro da AMM, porque a reposição vai sair de um município e ir para o outro - eu acho que por isso o assunto não andou muito.

Se Várzea Grande tem direito ao ICMS na questão do encontro de contas com a CEMAT? Ela tem direito, mas como ela tem a dívida com a CEMAT e com a SANEMAT, o

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MAIO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

encontro de contas tem que ser feito no total. Todo município que tinha um crédito maior do que a dívida recebeu a diferença, o município que tinha a dívida maior do que o débito ficou sem receber, e o prefeito já conversou com o Governador Dante de Oliveira e nós estamos prontos para fazer essa triangulação: CEMAT/Prefeitura/Governo do Estado para resolver o assunto.

Eu devo, inclusive, essa informação ao Prefeito, e o Senhor como Deputado do Município e como vice-Prefeito desincompatibilizado, mas Vice-Prefeiro eleito, essa é a informação.

Por fim, tem esse crédito do IPVA de Várzea Grande, mas é no assunto que eu falei, a AMM precisa definir o critério de redistribuição. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA)- Com a palavra, para formular o seu quesito o nobre Deputado Wilson Teixeira Dentinho, que dispõe de três minutos.

Eu pediria aos Srs. Deputados que além de atentar para o tempo de três minutos, atentassem também para os quesitos já formulados. O Deputado não poderá formular quesito que já tenha sido formulado por outro colega.

O SR. WILSON TEIXEIRA DENTINHO - Sr. Presidente, Secretário de Fazenda, Válder Albano; Secretário Antônio Joaquim, companheiro e amigo Novelli, Secretário Chico Daltro, Antônio Rosa, assessores da Secretaria de Fazenda, imprensa e assistência:

Sr. Secretário, há uma primeira coisa que nós gostaríamos de deixar bem claro: enquanto Deputado e homem público, vamos sempre nos pronunciar nesta Assembléia a favor do Regime Especial, porque eu acho que um Estado moderno, um Estado que precisa gerar empregos tem que ter Regime Especial e, se os grandes Estados fazem, Mato Grosso tem que fazer também.

Eu gostaria de saber se V. Ex^a é favorável ou não a um novo modelo de Regime Especial.

Segunda pergunta: qual o investimento deste Governo na fiscalização e na informática, na questão da mão-de-obra, e se nos Governos anteriores, se V. Ex^a sabe a aplicação de recursos de outros Governos nessa questão, principalmente o material humano.

Terceira pergunta, Sr. Secretário: V. Ex^a acredita no aumento de arrecadação depois dessas denúncias?

V. Ex^a já falou, mas eu gostaria de voltar ao assunto também sobre a questão de porcentagem de arrecadação do Governo Dante de Oliveira em relação a Governos anteriores. Qual foi o aumento de arrecadação, principalmente sabendo que a Secretaria publicava toda a arrecadação até o mês de agosto, se não me falha a memória.

E, também, nobres Pares e assistência, eu quero dizer aqui, Sr. Presidente, dentro do meu tempo, os homens têm que estar preocupados com o que falam e principalmente nós, homens públicos, temos que cuidar das nossas questões públicas. Eu não concordo de maneira nenhuma que a Secretaria da Fazenda só tenha “leprosos”, eu não acredito nisso. Pelo contrário, conheço ali gente de bem. Conheço fiscal que trabalha, que produz, funcionários administrativos. E sou testemunha também, Secretário Válder Albano, que no ano de 1994, se não me falha a memória, da minha autoria dei a V. Ex^a o Título de Cidadão Cuiabano. E se tivesse que ser feito hoje, faria de novo, porque conheço a sua índole, a sua família, e sei o homem público que é V. Ex^a. Quero aqui testemunhar de público, não porque hoje há em todos os jornais o massacre em cima da Secretaria da Fazenda e que envolve V. Ex^a...

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MAIO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA INFORMANDO QUE O TEMPO DO ORADOR SE ENCONTRA ESGOTADO)

O SR. WILSON TEIXEIRA DENTINHO - Quero encerrar, Sr. Presidente, deixando bem clara a posição deste Deputado aqui, tenho certeza absoluta da posição de homem público de Válder Albano. E conhecendo a sua posição, Secretário, eu vou fazer a V. Ex^a uma pergunta que eu tenho...

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Concedo a V. Ex^a apenas mais um minuto.

O SR. WILSON TEIXEIRA DENTINHO - Trinta segundos.

Eu tenho certeza absoluta que V. Ex^a vai me responder essa pergunta porque não é uma pergunta maldosa, reconheço a sua índole.

Aqui um cidadão no *Diário de Cuiabá* diz: “Quero saber se o senhor tem a coragem de quebrar o seu sigilo bancário como prova de que não tem participação nas fraudes?”

Gostaria que V. Ex^a respondesse ao cidadão, porque como disse, dei e, se tivesse que dar, daria de novo o Título de Cidadão Cuiabano a V. Ex^a, porque conheço o seu trabalho.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra para responder aos quesitos formulados pelo Deputado Wilson Teixeira Dentinho, o Secretário Válder Albano, que dispõe de cinco minutos.

O SR. VÁLTER ALBANO - Deputado Wilson Teixeira Dentinho, eu quero primeiro agradecer a sua confiança, as suas palavras, nós que somos vizinhos e amigos de muito tempo.

Deputado, eu entendo que Regime Especial não pode ser confundido por ninguém e nem pela sociedade como sendo sinônimo de corrupção.

A corrupção pode ocorrer em qualquer relação que exista entre um empresário e membro do Fisco, em qualquer lugar do País ou do mundo. O instrumento do Regime Especial é um regime de pagamento que, sendo bem aplicado, em qualquer Estado brasileiro, em qualquer País, ele permite resultados favoráveis para o Fisco e também para o empresário.

O que nós temos que ter claro, e eu vi que o Senhor apóia esse instrumento, nós temos que ter claro que não é o instrumento que faz a corrupção. Se existir corrupção em qualquer dimensão, ela é feita por pessoas. E eu posso dizer ao Senhor que me preocupa eventualmente um Governo, qualquer Governo de qualquer partido pensar em extinguir totalmente com esse regime, porque torna a situação das empresas totalmente “inoperacionalizável”, se é que essa palavra existe. É extremamente complicado. Então, o instrumento é importante, mas ele tem que ser feito de forma muito responsável

O Senhor pergunta sobre a questão da informatização e da capacitação de Recursos Humanos.

Deputado, não há na história da Secretaria de Fazenda uma experiência como esta de agora em termos de modernização e capacitação. Eu disse que não é possível modernizar nada se não modernizar a nossa cabeça. Não adianta ter uma máquina na nossa frente, se a gente não puder operá-la. E um Prefeito, um Governador, um Secretário, um Ministro, ele pode até não entender do computador, mas os seus técnicos têm que entender. E não adianta contratar terceiros, quem tem que dominar a tecnologia é o servidor, no nosso caso o servidor fazendário. O Projeto de investimento do Estado é da ordem de 40 milhões de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MAIO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

dólares, sendo 20,8 financiado pelo BIRD e o restante de contrapartida do Estado. É um Projeto muito arrojado. Nós vamos concluir esse Projeto até 2001, sem nenhuma dúvida, independentemente de quem seja o Secretário de Fazenda.

Se eu acredito que aumentará a arrecadação depois das denúncias...

Veja bem, nós começamos um Projeto em 09 de janeiro, agora, ele foi consolidado no dia 05 de abril numa reunião com o Governador e a equipe econômica. E nós temos um conjunto de medidas já adotadas e outras a serem adotadas. Tudo isso para garantir 10% de crescimento real da arrecadação. Se o Senhor me pergunta, se esse *zoom* da denúncia ajuda o empresário inadimplente a ir lá e recolher? Ajuda. Dá um empurrão. Isso vai acontecer.

Em maio nós vamos ter a arrecadação de junho, que era de Regime Especial, que vai realizar agora. Então, haverá o aumento do Regime Especial. Eu não creio que a denúncia por si resolva o problema de controle da arrecadação.

Já agradei sobre a confiança e o Título que muito honrosamente para mim o Senhor indicou e foi concedido pela Câmara Municipal de Cuiabá.

Finalmente, sobre o sigilo bancário. Eu tenho um pensamento de que todo cidadão deveria ter, não deveria existir o sigilo bancário para o Deputado, para o Secretário, para o Ministro, para o Presidente da República, para o Governador, Vereador, para todo mundo. A qualquer momento que o Ministério Público, ou uma Comissão, a Assembléia, quiser saber o que é minha conta bancária, nós estamos totalmente à disposição, independente, inclusive, de requerimento ao Judiciário...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, INFORMANDO QUE O TEMPO DO ORADOR ENCONTRA-SE ESGOTADO)

O SR. VÁLTER ALBANO - ...Desculpe-me, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O Sr. Carlão Nascimento - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Carlão Nascimento.

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Sr. Presidente, estou pedindo a palavra, pela Ordem, para encaminhar a V. Ex^a um Requerimento com 11 assinaturas, das Lideranças Partidárias, solicitando a prorrogação da Sessão por mais uma hora, invocando o Art. 210, parágrafo único, do nosso Regimento Interno. Para que o nosso Secretário possa esclarecer toda e qualquer dúvida que os Srs. Deputados, por ventura, ainda tenham.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - De posse do Requerimento entregue pelo Deputado Carlão Nascimento, com 11 assinaturas, a Presidência vai submetê-los à apreciação.

Em votação o Requerimento. Encerrada a votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Prorrogada a Sessão até às 13:00 horas.

Com a palavra, para formular seus quesitos, a ilustre Deputada Serys Slhessarenko, em função da inversão da sua inscrição com o Deputado Jair Mariano. V. Ex^a dispõe de três minutos.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO - Vou tentar ser muito breve.

Continuando a questão do Regime Especial, há uma declaração do Procurador-Geral da República que, praticamente, 60% dos processos de Regime Especial contêm irregularidades. O que o Senhor tem a dizer?

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MAIO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

Tem algumas questões aqui específicas com relação à questão do combustível, por exemplo, a COOPERSONHO, que é uma Cooperativa do Pará, que não retém o ICMS referente ao processo, usou de uma Liminar 125/94, da 4ª Vara Cível, de Barra do Garças, de 1994! A acusação é que o prejuízo é dobrado para o Estado de Mato Grosso, que não recebeu na origem e devolveu no final o ICMS, no caso de agricultores que também estão cobrando mais ou menos 50% dos valores liberados na conta em dinheiro.

Diante do exposto, nós solicitamos as seguintes averiguações, fazemos as seguintes perguntas, Dr. Secretário:

Primeira: o Senhor é sabedor desses pagamentos de crédito de ICMS pela Petróleo Brasileira S/A, diretamente em contas correntes de empresas e sabedor do relatório que é passado pela Petróleo Brasileira S/A, para a Secretaria de Fazenda?.

Segundo: a Petróleo Brasileira retém o ICMS e repassa para o Estado? Gostaria de receber o total de remessa de ICMS para Mato Grosso, nos últimos seis meses. É óbvio que essa é uma pergunta para V. Exª me dar a resposta posteriormente..

Uma outra pergunta: se está sendo verificada a diminuição de receitas na área de combustíveis; e também se, no caso da cooperativa que compra da base de Sinop a Mato Grosso para o Estado do Pará, é verificado que os caminhões com destino ao Pará retornam para dentro do Estado de Mato Grosso com “notas fiscais frias”. É gigantesco, são milhões e milhões de litros de óleo diesel lançados aqui em Mato Grosso que seriam para o Pará. Nós temos dados muito maiores, mas o tempo não me permite.

Ainda sobre a questão do petróleo, gostaria de saber se é verificado que essas mesmas “notas fiscais frias” ou falsas, dão direito à restituição de crédito para agricultores e demais compradores dessas mercadorias. Se V. Exª é conhecedor de todas essas irregularidades com relação ao combustível e quais as medidas já tomadas.

Por último, V. Exª vinha recebendo notícias de notas falsas, desvios de terceira via e outros tipos de irregularidade do Fisco. Ao não tomar providência, V.Exª estaria sendo omissa? Omissão é crime, Sr. Secretário. Por outro lado, há pessoas que dizem que V. Exª vem sendo vítima de armação. Para demonstrar que não compactua com tais irregularidade, em primeiro lugar, V. Exª já abriu inquérito administrativo para que se apure e depure o mais rápido possível todos os culpados, chegando à punição dos corruptos o mais rápido possível ou eu peço a V. Exª que se afaste do cargo já, para viabilizar as apurações.

Solicito, por fim, aos Srs. Deputados, que assinem a CPI, porque pelo que nós estamos vendo, a questão é muito mais profunda e nós precisamos de averiguações não só na Secretaria de Fazenda diretamente, como precisamos junto às prefeituras e inclusive junto a alguns Parlamentares de Mato Grosso. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para responder o quesito formulado pela Deputada Serys Shlessarenko, o Exmº Sr. Secretário Válder Albano, que dispõe de cinco minutos.

O SR. VÁLTER ALBANO - Srª Deputada Serys Shlessarenko, primeiramente com relação ao Regime Especial, V. Exª colocou que há informação - imagino que da imprensa, porque eu li na imprensa também - que o Ministério Público teria informado que das empresas com Regime Especial examinadas por aquele Poder, por aquela Instituição, cerca de 50 ou 60% apresentavam irregularidade.

Eu quero dizer que não dá para saber, hoje, se 1%, 2%, 4%, 40% ou 60% tem irregularidade. Eu achei estranha essa informação, porque o Ministério Público Estadual,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MAIO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

inclusive por uma regimentação feita pelo Governador Dante de Oliveira, em 1995 - eu ainda não era Secretário - o Ministério Público, a Promotoria própria funciona dentro da Secretaria de Fazenda, cuja titular é a Promotora Ana Cristina, o tempo todo ela, muito criteriosa e exigente, tem acompanhado todos esses procedimentos fazendários, os regimes especiais, inclusive, por várias vezes ela requereu esses processos para fazer exame, e até hoje não recebemos nenhuma recomendação, na forma da lei do Ministério Público, sobre qualquer irregularidade nesses processos.

De qualquer modo, quando o Ministério Público Federal e Estadual terminarem o seu trabalho, nós vamos saber se essa informação da imprensa é verdadeira e em que se baseia a informação, eventualmente, vinda do Ministério Público Federal.

Com relação e esta empresa chamada COOPERSONHO, é uma empresa que funciona na região de Castelo do Sonho, no Sul do Pará. Ela, do mesmo modo, Deputada Serys Slhessarenko, do mesmo modo que a empresa Petrogarças, de Barra do Garças, uma empresa de Várzea Grande, elas conseguiram liminares em Mato Grosso, inicialmente em São Félix do Araguaia, depois em Barra do Garças e agora em Várzea Grande - tem um Juiz em Várzea Grande que tem concedido essas liminares, o Dr. Sírio Mioto. Essa empresa conseguiu também no Estado do Pará uma liminar para sair da substituição tributária. A Petrobrás é substituta tributária, e ela, nas suas refinarias, ao proceder à remessa de combustível para qualquer parte do País, retém o ICMS e paga ao Estado.

Já respondo a uma pergunta à frente dizendo que há um crescimento da Receita na área do petróleo. Por quê? Porque nós enfrentamos aqui todas as liminares tratando, diretamente, com o Poder Judiciário, seja no STJ, ou seja no Tribunal de Justiça aqui do Estado.

Para V. Ex^a ter uma idéia, estou vendo aqui se encontro o valor, mas nós evitamos de perder milhões de reais, quando conseguimos suspender, Deputada Serys Slhessarenko, e aí V. Ex^a foi num ponto fundamental, nós conseguimos suspender liminares de combustíveis e bebidas - as de combustíveis concedidas pelo Juiz a que me referi e as de bebidas por dois Desembargadores - que importam em 48 milhões de reais. O Estado perderia 48 milhões de reais se não fosse a ação pronta e rápida da Procuradoria Geral junto ao STJ e junto ao Tribunal de Justiça. Infelizmente, perdemos 6,6 milhões numa ação igual no caso de veículos, porque não tivemos sucesso junto aos tribunais.

Bom, informo também e mais precisamente confirmo que a COOPERSONHO atua na região do Nortão do Estado.

Ainda ontem, eu conversava com o Deputado Silval Barbosa, que me relatou detalhadamente e eu conversei já duas vezes formalmente com o meu colega Secretário do Estado do Pará, o Dr. Paulo de Tarso e eles estão entrando lá no STJ para derrubar a liminar da COOPERSONHO. Além disso, nós conversamos, ontem, com o Deputado Silval Barbosa, então nós temos um modo de permitir que nessa entrada de mercadorias para o Estado, nós possamos tributar na entrada e favorecer aquela região, mas o assunto realmente é grave.

V. Ex^a pergunta se eu tenho sido omissa na questão de denúncias, “notas frias”, desvios? Deputada, na forma da Lei Complementar nº 04, toda denúncia formalizada foi objeto de apuração. Eu tenho processo por processo, eu tenho, inclusive, aqui uma listagem, qual foi a providência, qual foi o resultado, se houve penalidade ou não, e nos casos das penalidades a remessa ao Ministério Público.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MAIO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

No caso específico em que a esposa de um funcionário fazendário foi presa em flagrante em Canarana - o Deputado Alencar Soares foi quem primeiro noticiou o assunto - nós abrimos o processo, a comissão própria entendeu que era motivo de suspensão do servidor e eu, com a nossa Assessoria Jurídica, Dr^a Roseli, que é uma pessoa extremamente rigorosa...

O SR. PRESIDENTE (RIVA - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Concedo a V. Ex^a mais um minuto.

O SR. VÁLTER ALBANO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Nós fizemos uma revisão no processo, propondo a demissão do servidor e esse processo se encontra tramitando, se eu não estiver enganado, na Procuradoria-Geral do Estado, para receber o parecer final. Eu digo isso para mostrar que nós temos sido bastante enérgicos.

V. Ex^a fala que se pensa numa armação contra o Secretário, contra o Fisco como um todo, e indaga se a apuração tem sido feita. Eu acho que há descontentes politicamente, como pode haver grupos descontentes dentro da Fazenda, porque afinal isso é mais ou menos democrático.

Eu não creio que uma pessoa não citada pessoalmente em nenhuma das denúncias possa se afastar do cargo, ao contrário, eu acho que é o meu dever, no mínimo, permanecer no cargo enquanto o Ministério Público e a Comissão estão trabalhando. Eu tenho o dever de criar todas as condições para que essa apuração seja profunda e que seja o mais responsável possível. É assim que tenho me comportado e assim será até o final.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para formular o seu quesito, o nobre Deputado Carlos Brito, que dispõe de três minutos.

O SR. CARLOS BRITO - Sr. Presidente, Srs. Secretários aqui presentes, colegas Deputados, amigos que prestigiam esta Sessão.

Sr. Secretário de Fazenda, Dr. Válder Albano, alguns dos questionamentos que eu poderia fazer já foram antecipados por outros colegas e as respostas foram suficientes para esclarecê-los. Todavia, prevaleceram ainda algumas questões que eu gostaria de colocar, até porque acho que essa questão toda está interessando diretamente à opinião pública, independentemente de partir de uma denúncia anônima, mas mereceu uma pronta ação não só por parte do Ministério Público, tanto Estadual como Federal, mas também por determinação do próprio Governador.

Cabe-nos aqui procurar dar a nossa cota de responsabilidade na apuração desse quadro, apesar de eu ter um posicionamento bem individual, mais próximo ao da Deputada Serys Slhessarenko, numa condição anterior, em relação à possibilidade de uma CPI. E também, por ter conversado com membros do Ministério Público Estadual, sou da opinião de que o Ministério Público vem conduzindo com competência e com eficiência todo esse processo e uma CPI poderia até funcionar contrariamente a esse propósito, nas circunstâncias atuais, até porque a conclusão dela, aquilo que por ela for apurado será encaminhado ao Ministério Público. Então, na verdade, os fatos estão antecipados.

Falar, hoje, em recondução desse processo é, no mínimo, colocar em xeque ou levantar desconfiças em relação ao trabalho realizado pelas instituições que até agora o estão conduzindo, tanto o Ministério Público Estadual quanto o Federal, e a própria comissão de servidores públicos compromissados que fazem parte da estrutura do Governo do Estado.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MAIO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

Sr. Secretário, as denúncias relativas à SEFAZ, levadas ao conhecimento público, estão hoje sendo apuradas por essa sindicância determinada pelo Governador do Estado, pelo Ministério Público Estadual e também pelo Ministério Público Federal. Em sendo verídicas essas denúncias, seria possível que os fatos denunciados ocorressem sem o envolvimento também dos Fiscos Federal e Municipal, uma vez que os prejuízos ocasionados por esses fatos geradores iriam também prejudicar essas esferas? Ou, traduzindo, o Fisco Estadual, eventualmente, em sendo verdade, além de causar prejuízo ao Estado de Mato Grosso, poderia também, exclusivamente, envolver, por extensão, os municípios e o Governo Federal, sem que houvesse aí no caso também o envolvimento dessas outras esferas?

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, INFORMANDO AO ORADOR QUE O SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O SR. CARLOS BRITO - Sr. Presidente, solicito apenas mais trinta segundos.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Concedo a V. Ex^a mais um minuto.

O SR. CARLOS BRITO - Segundo questionamento, Sr. Secretário: o jornal *Diário de Cuiabá* divulgou na edição de hoje uma enquete em que a maioria dos entrevistados faz um questionamento geral: “Por que o Secretário de Estado de Fazenda, se conhecedor dos problemas que motivaram as referidas denúncias, não tomou as providências cabíveis há mais tempo, já que anuncia tê-las tomado hoje e que elas estão em desenvolvimento agora?”

Terceira pergunta, complementando a segunda: É possível precisar, mediante as providências tomadas pelo Secretário e pelo Governo do Estado, desde quando ocorreram tais fatos? Se verídicos, qual o ano, a data, ou eles estão restritos a essa gestão do Governo do Estado? Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para responder os quesitos formulados pelo Deputado Carlos Brito, o Secretário Válder Albano, que dispõe de cinco minutos.

O SR. VÁLTER ALBANO - Exm^o Sr. Deputado Carlos Brito, primeiramente, se realmente se confirmarem como verídicas essas denúncias, se somente o Fisco Estadual pode ser responsabilizado por omissão ou como agente ativo responsável por este assunto, eu vejo o seguinte: os tributos federais, estaduais e municipais funcionam de forma coordenada. No caso específico do ICMS, ele é partilhado entre o Estado e os municípios, além de existirem parcerias. Eu quero dizer que, no meu entendimento, quando ocorre fraude ou omissão no Fisco Estadual, também ocorre ou pode ocorrer no Federal e também no Municipal.

Vamos dar um exemplo: no caso da madeira - recentemente a imprensa deu cobertura ao assunto. Eu estive em Sinop, como disse aqui neste plenário, no dia 03 de junho do ano passado, depois de convidar os Prefeitos da região, no dia 21 do mês anterior ao mês de maio, e lá nós detectamos inúmeras irregularidades de empresas, ou com “notas fiscais frias” ou as empresas eram “fantasmas”. Uma delas havia sido objeto de uma certidão da Prefeitura de Sinop, o que mostra que sempre aqui ou ali há uma co-responsabilidade. Nós vamos perguntar e tentar dizer que o Prefeito de Sinop é responsável por aquilo? Não! De forma alguma. Nós não pensamos assim. Mas, infelizmente, numa máquina grande, se tem alguém que pode falhar, que pode cometer fraude, que pode cometer corrupção. No sentido contrário, as grandes empresas que operam com ICMS também têm responsabilidade com tributos federais.

Ora, se houvesse da parte do Fisco Estadual uma omissão total ou uma corrupção generalizada, isso já não teria sido constatado muito anteriormente pelo Fisco do

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MAIO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

Governo Federal, quando ele examina o Imposto de Renda, o IPI e, principalmente, as contribuições sociais que atingem todas as empresas?

Eu vejo, por exemplo, na área de frigorífico, que é possível ter uma sonegação fiscal vergonhosa por parte do Fisco Estadual, sem isso estar sendo observado pelo Fisco Federal. Eu fui um pouco demorado para dizer o seguinte: não se pode atribuir responsabilidade somente a uma esfera - não se pode atribuir, nem mesmo no caso do ICMS. Sou conhecedor desses problemas, porque faz parte da pergunta da enquete da imprensa “por que não se tomou as providências”.

Então, Deputado, eu reafirmo que todas as denúncias formalizadas à Secretaria de Fazenda, ou detectadas pelo nosso trabalho de correição, sempre são objeto de abertura de sindicância para apuração e, no que cabe, de abertura de inquérito para o procedimento complementar. Sempre! Isso é uma regra. É claro que nós fazemos isso, Deputado, não para mostrar à sociedade e fazer política, porque nós sabemos... E eu digo o seguinte: a Secretaria de Fazenda tem um corpo técnico muito competente e tem uma maioria de funcionários sérios e trabalhadores, que nós precisamos respeitar. Infelizmente, tem também gente ruim, e com as pessoas ruins, nós temos que ir a fundo.

Quero dar um exemplo - eu fico sempre querendo falar demais e o Regimento Interno não permite -: agora mesmo nós detectamos, através do trabalho em conjunto do Governo do Estado com a Prefeitura de Juína, volto a dizer, um funcionário que, tudo nos leva a crer, estava fazendo extorsão. Então, nós já determinamos a abertura do processo, isso vai até o Ministério Público.

O SR. CARLOS BRITO - Para complementar a resposta...

O SR. VÁLTER ALBANO - Eu quero, agradecendo ao Presidente...

Então, isso vai até a ação final, ao Tribunal de Justiça, no que couber.

O SR. CARLOS BRITO - Desde quando ocorrem esses fatos, Sr. Secretário?

O SR. VÁLTER ALBANO - Tem a idade dos impostos. Tem a idade dos impostos! Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para formular seus quesitos, o nobre Deputado Pedro Satélite.

A Presidência informa que o Deputado Pedro Satélite trocou a sua inscrição com o Deputado Silval Barbosa.

O SR. PEDRO SATÉLITE - Sr. Presidente, nobres Pares, Sr. Secretário Válder Albano, nós não poderíamos deixar de formular algumas perguntas - nós tínhamos diversas, mas a grande maioria já foi respondida.

Quero aqui dizer, de público, Sr. Secretário, do conhecimento que tenho de sua pessoa, da sua seriedade, não somente da época em que militávamos juntos no grandioso MDB.

Quero aqui também destacar, companheiro Maurício Magalhães, Secretário Hermes de Abreu e Secretário Hilário Mozer, pelas pessoas que V. Ex^{as} são, pelo conhecimento que tive - porque convivemos muitos anos juntos, quando discutíamos as questões do Estado em todos os sentidos, à época em que o Secretário Válder Albano era Superintendente do INCRA no Estado de Mato Grosso -, que jamais tive alguma dúvida da sua dignidade, da sua honestidade como homem público que, com certeza, estaria e está preparado para exercer um cargo tão relevante, tão importante como o de Secretário de Estado de Fazenda.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MAIO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

Eu tenho aqui, Sr. Secretário, algumas perguntas a serem feitas. Uma, inclusive, vou colocar que V. Ex^a está em débito conosco. Muitas já foram respondidas, mas eu não poderia deixar de citar, porque eu gostaria que V. Ex^a destacasse mais razões: Quais foram as providências tomadas a partir da denúncia dos prefeitos na região de Sinop? V. Ex^a já esteve lá e participou...

Outra pergunta, a partir do momento em que a Secretaria de Fazenda recebeu as denúncias, não teria sido prudente cancelar as inscrições estaduais até que se averiguasse a austeridade das empresas? A quem compete averiguar a verdadeira autenticidade das empresas, à Secretaria de Fazenda ou à Junta Comercial?

A última pergunta, Sr. Secretário, é bastante pessoal. V. Ex^a é sabedor do problema que nós enfrentamos na divisa do Estado do Pará com o Estado de Mato Grosso. Eu acho que lá realmente o Estado está perdendo, está perdendo para o vizinho Estado do Pará. Lá existe um posto fiscal, a respeito do qual nós cobramos inúmeras vezes, inclusive cobramos do Governo do Estado - e chegou ao ponto de nós, aqui, criarmos uma comissão de Deputados do Norte do Estado para tentar ajudar a resolver o problema da divisa do Estado de Mato Grosso com o Pará. O que consta, e nós temos certeza de que estamos corretos, até porque V. Ex^a já é sabedor disso, é que existe um posto fiscal de arrecadação de ICMS dentro do Estado de Mato Grosso. Mas, nesse posto fiscal, a fiscalização é feita pelo Estado do Pará. E lá nós temos, no Vale do Quinze, mais de 800 famílias de trabalhadores que são obrigadas a recolher todos os impostos nesse posto fiscal do Estado do Pará. Haja vista que na estrada que liga Cuiabá ao Estado do Pará nós temos um posto do INDEA que está a 10 quilômetros...

O SR. PRESIDENTE (RIVA - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Comunico ao nobre Deputado que o seu tempo se encontra esgotado.

O SR. PEDRO SATÉLITE - V. Ex^a me concede mais um minuto, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Concedo mais um minuto para V. Ex^a concluir o seu raciocínio.

O SR. PEDRO SATÉLITE - Então, nós temos um posto do INDEA que está a 10 quilômetros adiante desse posto de arrecadação do Estado de Mato Grosso. Nós entendemos que alguma coisa está errada. Existe um posto do INDEA que está a 10 quilômetros à frente do Posto de Arrecadação do Estado de Mato Grosso e o Posto de Arrecadação do Estado do Pará está a 10 quilômetros da divisa, dentro do Estado de Mato Grosso. Isso está criando sérios problemas para nós, inclusive já houve ameaças até de colocar fogo naquele Posto Fiscal do Estado do Pará. Nós esperamos que sejam tomadas algumas providências para as quais faço esse apelo, porque eu acredito, sim, que ali o Estado de Mato Grosso está perdendo, porque ali nós temos provas, inclusive, de funcionários do Pará que pegam propina dos agricultores do Estado de Mato Grosso. Essas provas nós temos e nós vamos levantá-las, apresentá-las inclusive, se for preciso, a algum Deputado ou à Secretaria de Estado de Fazenda do Pará.

Eu vou aguardar as suas respostas e espero ficar satisfeito com elas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, o Sr. Secretário de Fazenda Válder Albano, que dispõe de cinco minutos.

O SR. VÁLTER ALBANO - Exm^o Sr. Deputado Pedro Satélite, quero dizer aqui, também publicamente, do respeito e amizade que lhe dedico desde os velhos tempos de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MAIO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

militância, não só no MDB, mas também do nosso trabalho no Nortão do Estado, naquela abertura - eu, pelo INCRA, e V. Ex^a, como empresário.

Bem, nós temos aqui, Deputado Pedro Satélite, um relatório sobre as nossas providências em relação ao setor da madeira em Sinop - eu pedi, inclusive, à minha assessora para me passar. Primeiro, está dizendo que diferentemente do que consta na nota subscrita pelos Exm^{os} Srs. Deputados do PMDB, eu não fui a Sinop no dia 21 de setembro, eu fui no dia 03 de junho do ano passado. Eu não fui a convite de prefeitos, fui eu que os convidei - e, muito gentilmente, eles me atenderam.

Lá, nós nos reunimos, primeiro, com os prefeitos e seus secretários de finanças; segundo, nós nos reunimos com as lideranças e empresários do setor. Constatamos, de fato, inúmeras irregularidades. E essas irregularidades vão desde “nota fiscal fria” de empresa que estava cadastrada, passando por operações fraudulentas também de empresas que tinham Regime Especial.

Das empresas que operavam de forma fraudulenta, basicamente as transportadoras, chegamos a uma decisão conjunta com os prefeitos de suspender primeiro todos os Regimes Especiais de transportadoras. Todos! Suspendemos desde aquela data e não concedemos - e estou me referindo aqui a transporte de carga seca - mais Regimes Especiais.

Para as empresas lícitas, naquela ocasião, pelas prefeituras, inclusive saiu essa notícia nos jornais, nós suspendemos a inscrição; se tinha Regime Especial, já tínhamos suspenso também o Regime Especial; e aquelas que, na averiguação inicial, apareciam como empresas sérias, nós determinamos levantamentos fiscais. Tem, inclusive, aqui publicado no relatório da SEFAZ quais as empresas que tiveram regimes suspensos e quais as empresas que tiveram inscrições suspensas. Então, essas providências foram imediatas e as prefeituras têm ciência dessas nossas providências.

V. Ex^a pergunta a quem compete fazer essa averiguação. No caso de ICMS, preponderantemente, à Secretaria de Fazenda, dentro do Governo do Estado. E é o que temos feito. Nós temos feito isso diretamente, através da nossa Corregedoria. Temos solicitado averiguações à Delegacia Fazendária, que é um órgão da Secretaria de Segurança Pública que funciona dentro da Secretaria de Fazenda; e, nos casos em que couber, também ao Ministério Público Estadual. Essas têm sido as nossas providências.

Por último, V. Ex^a pergunta se eu sei do problema. Sei. V. Ex^a é um dos Deputados, uma das autoridades que sempre me procuraram se referindo àquele problema de divisa, mais recentemente o Deputado Silval Barbosa também, e conversamos também bastante sobre isso com o Prefeito Lutero, de Guarantã.

O que fizemos? Rapidamente, fizemos contato com o Secretário de Fazenda do Pará. Primeiro, nós combinamos de verificar a questão da divisa, mas isso não é possível, porque só o Itamarati e o Ministério da Aeronáutica podem tratar do assunto, e nós não íamos ter sucesso. Ao final, nós decidimos fazer um posto fiscal em conjunto, escolhendo um ponto que fosse comum para o Estado do Pará e para o Estado de Mato Grosso, para desenvolvermos uma ação conjunta. Estamos com um problema, como todo mundo tem, de recursos, mas já estamos tentando alocá-los através do nosso programa de modernização. E eu vou ter aqui a pergunta de V. Ex^a como um estímulo a mais, até de exigência política mesmo, para apressar, com o colega do Pará, esse esforço conjunto. Nós vamos resolver esse assunto, fica aqui um compromisso público com V. Ex^a, como político da região, e eu, como membro responsável do Governo. Muito obrigado.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MAIO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

O SR. PEDRO SATÉLITE - Nós nos declaramos satisfeitos com as respostas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para formular o seu quesito, o nobre Deputado Amador Tut.

Antes de conceder a palavra ao Deputado Amador Tut, solicito ao Deputado Pedro Satélite que assuma a direção dos trabalhos.

(O SR. DEPUTADO PEDRO SATÉLITE ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 12:18 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Informamos ao nobre Deputado Amador Tut que dispõe de três minutos.

O SR. AMADOR TUT - Sr. Presidente, nobres Pares, Sr. Secretário de Fazenda e toda a equipe do Governo que aqui acompanha esta Sessão, imprensa e galerias:

Secretário, se V. Ex^a me permite, vou chamá-lo de representante do Estado, na qualidade de Deputado.

Já tivemos vários desentendimentos, tivemos talvez a infelicidade de trocar algumas farpas além do nível de cidadão, de Secretário e de Deputado, mas nós não estamos aqui para fazer interpelação, nós estamos aqui para dar mais sugestões e trazer à normalidade o nosso Estado.

Nós estamos no Estado de Mato Grosso desde 1963 e aqui decidimos nos radicar, como ser humano, como cidadão e como produtor. Então, sinto-me hoje no dever, porque já tive três mandatos oficializados pelo povo mato-grossense... Então, será um dever meu de cidadão mato-grossense...

Tem aqueles que nasceram aqui e tem aqueles que escolheram este Estado para viver. Talvez estes sejam mais responsáveis que os que nasceram aqui, porque os que nasceram aqui, nasceram por acaso; agora, eu escolhi, eu quis.

Eu sei que as perguntas já formuladas são bastante idênticas às nossas e as suas respostas foram um pouco taxativas. Eu até quero pedir, neste momento, que mesmo que V. Ex^a demore um pouco para me dar a resposta, eu quero solução. Eu não quero “não” como resposta, eu quero “sim” como resposta. Nós precisamos dar o direito ao cidadão, nós precisamos dar direito ao empresário, pelo menos, o direito de ir e voltar, levar e trazer.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Informamos que o seu tempo se encontra esgotado e que concederemos mais um minuto a V. Ex^a.

O SR. AMADOR TUT - Por exemplo, quando se trata de negar o Regime Especial, está se colocando até a segurança do nosso transporte, está se colocando a vida do nosso operário dessa área em dificuldade. Já sabemos que um cidadão que está dirigindo um caminhão cheio de mercadorias, ainda tem um dinheirinho para pagar as barreiras, lá onde estiver... Então, a vida desse cidadão hoje está difícil. Nós estamos sendo assaltados absurdamente, sem ter movimentação financeira.

Então, eu pediria ao Sr. Secretário: não vamos olhar só o ganho do Estado, vamos olhar o cidadão que está aqui trabalhando para defender o pão de cada dia e para dar segurança para sua própria família, porque os assaltos estão estúpidos, roubam botina, sapato, e se souberem que ele está com dinheiro no bolso e que vai parar no posto fiscal à frente para pagar os encargos lá... Então, peço-lhe carinho.

Eu até pediria, Sr. Presidente, que ele não gaste os cinco minutos para me responder, que me conceda três minutos para sugestões, deixando para dar a resposta

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MAIO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

posteriormente. O tempo que gastaríamos, de oito minutos, três meu e cinco dele, que ele me deixe usar seis, ainda sobram mais dois para outro Deputado, mas que seja resolvido de fato essa parte de segurança dos nossos operários.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Nós comunicamos ao nobre Deputado que o seu tempo se encontra esgotado, e indeferimos o seu pedido porque temos ainda inscritos aqui mais dez Srs. Deputados.

O SR. AMADOR TUT - Só um minutinho para agradecer e pedir ao Secretário que me receba em sua Secretaria, para que possamos levar dezenas de sugestões para resolver essa palavra dita aí, a “máfia do Fisco”. Pelo amor de Deus, nós temos que resolver essa situação.

Quero ir até a sua Secretaria para nós conversarmos, Sr. Secretário. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o Secretário de Fazenda, Válder Albano, que dispõe de cinco minutos.

O SR. VÁLTER ALBANO - Exm^o Sr. Deputado Amador Tut, eu quero dizer que para a suspensão de Regimes Especiais, naquilo que nós suspendemos, tanto no ano passado, em relação ao transporte de madeira, como neste ano, com a alteração da Portaria n^o 009, nós nos preocupamos em criar alternativas para o empresário, para não complicar a vida do empresário.

O Deputado coloca de forma muito clara, no meu modo de ver, que nós não poderíamos suspender o Regime Especial e mandar o empresário para o posto, levando através dos seus caminhoneiros o dinheiro. Então, nós abrimos na Agência Fazendária essa capacidade de pagamento, além de toda a rede bancária. Então, o empresário, antes de autorizar a saída da mercadoria do seu armazém, do local onde a mercadoria vai sair, ele vai à Agência Fazendária e procede às suas obrigações fiscais, seja o recolhimento ou mesmo a emissão de nota fiscal pertinente, para depois ele transitar com a mercadoria. No posto, ele apenas vai comprovar que está de forma regular.

Garanto a V. Ex^a que a suspensão do Regime Especial não prejudica o empresário neste particular. Mas V. Ex^a sabe, e nós discutimos recentemente a questão do transporte de passageiros com V. Ex^a e com vários Deputados, sob a liderança do Sr. Secretário Maurício Magalhães, nós tivemos conversas longas, discordamos em muitas coisas, mas convergimos em outras tantas, e foi possível chegar a um entendimento. E nós, não só pela obrigação, mas também em deferência, estamos à disposição de V. Ex^a para discutir e receber sugestões. V. Ex^a será muito bem-vindo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o nobre Deputado Carlão Nascimento (AUSENTE). Com a palavra, o nobre Deputado Gilney Viana.

O SR. GILNEY VIANA - Sr. Presidente, Sr^a Deputada, Srs. Deputados, Sr. Secretário de Estado de Fazenda, permito-me formular quatro perguntas. Uma de caráter estratégico para a Assembléia Legislativa, porque não ficou muito claro se o perfil dos contribuintes de Mato Grosso concentra a massa da contribuição numa pequena parcela, vamos dizer 10%, então, qual seria a estratégia para justamente se incrementar a arrecadação? E quando os Regimes Especiais recaem exatamente sobre essa minoria que tem capacidade contributiva maior?

A segunda é sobre o incidente que envolveu o Prefeito de Juína. Se é verdadeiro, como eu tenho os documentos, que o Prefeito de Juína formulou à Secretaria

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MAIO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

denúncia de irregularidades no posto, onde a fiscalização municipal, atuando em conjunto com a fiscalização estadual, comprovou irregularidades de empresas com Regime Especial - e o Senhor tem falado que tem apurado as denúncias que lhe chegam -, se V. Ex^a apurou, eu gostaria que V. Ex^a declarasse: O Prefeito Ságua tem alguma responsabilidade nas irregularidades? Se V. Ex^a apurou, nós gostaríamos de saber o resultado da apuração. Fazemos questão disso.

Terceira questão: se eu não estou equivocado, o programa chamado PENAFE, que propõe uma reestruturação da SEFAZ, uma reformulação, na verdade, está me parecendo que ele está acasalando a reforma administrativa com a reforma do Estado. Há duas questões nesse ponto: primeira, até que ponto a funcionária Leda Regina de Moraes Rodrigues tem responsabilidade na reformulação ou na execução desse PENAFE? E, segunda, se a idéia proposta, que já se veiculou à boca pequena, de colocar em disponibilidade cerca de 234 servidores do grupo TAF é verdadeira e se isso veio da lavra da Sr^a Leda Rodrigues.

E a quarta pergunta diz respeito a um tipo de concessão que o Governo, obviamente através... Eu até vi o Governador em uma oportunidade assinar um ato dessa natureza lá em Alta Floresta, concedendo um benefício ou transferindo 10%, cerca de 10%, mais ou menos, do ICMS da indústria madeireira para que os próprios agentes privados, através de uma organização não-governamental, tipo associação de madeireiras, pudessem construir ou beneficiar estradas, ou construir corpo de bombeiros

Pois bem, Sinop e Santa Helena foram dois dos municípios beneficiados. V. Ex^a, no dia 13.04.99...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, INFORMANDO AO ORADOR QUE SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O SR. GILNEY VIANA - ...através da Portaria nº 16/99, cancelou os benefícios a respeito da...

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - A Presidência informa ao nobre Deputado que dispõe de um minuto.

O SR. GILNEY VIANA - Eu agradeço, Sr. Presidente.

V. Ex^a cancelou o benefício dado anteriormente. A pergunta é a seguinte: Há nesse gesto de V. Ex^a um quê de retaliação política, em função de os Prefeitos de Sinop e Santa Helena serem da Oposição e de, particularmente, eles ofereceram denúncias ou barrarem V. Ex^a ou a SEFAZ? Não haveria um tratamento desigual, por serem eles Prefeitos de Oposição, ou por terem feito denúncias, ao cancelar os benefícios para seus municípios e não ter feito o mesmo para outros municípios como Marcelândia, Alta Floresta, que são de prefeitos governistas? Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o nobre Secretário Válder Albano, que dispõe de cinco minutos.

O SR. VÁLTER ALBANO - Exm^o Sr. Deputado Gilney Viana, eu gostaria de responder suas indagações, primeiro, falando sobre a questão do perfil dos contribuintes.

Deputado, embora eu não tenha aqui um número exato, se V. Ex^a somar os antigos conhecidos serviços públicos de comunicação e de energia elétrica, somar aqui, no nosso caso, o complexo soja, mesmo com a desoneração das exportações, o combustível, o transporte como um todo, o V. Ex^a está aí com o grande agregado do ICMS. E o varejo, quer dizer, esse grande consumo do varejo, o último número que eu tenho é da ordem de 37%, no sentido inverso do raciocínio que eu estava fazendo.

Então, de fato, o monitoramento das grandes empresas, com ou sem Regime Especial, naquele conta corrente à qual me referi na exposição, é um ponto fundamental, porque quando tivemos um problema com combustíveis - como foi o caso das liminares que, felizmente, nós suspendemos -, iríamos perder 48 milhões de reais de uma única vez, numa tacada, junto com bebidas, e Deus sabe quando iríamos recuperar, porque nessas liminares, quando o imposto vai, a recuperação se torna muito mais difícil.

Se eu entendi, V. Ex^a perguntou se os Regimes Especiais são exatamente sobre uma minoria contributiva que pode, por esse meio, sonegar, é isso?

O SR. GILNEY VIANA (FALA DE SUA BANCADA) - Quem mais contribui!

O SR. VÁLTER ALBANO - Isso mesmo, e quem mais contribui, exatamente.

Bom, no caso especificamente do setor primário, nós fomos extremamente restritivos nessa última instrução normativa, no sentido de só abranger aquelas empresas sólidas que, até por serem de capital internacional ou mesmo brasileiro, mas mais sólidas, não operam nessa contravenção menor, tentando subverter unidades fiscais, mas é a maioria realmente contributiva, é a esse agregado a que eu me referi.

Relativamente a irregularidades apontadas no trabalho conjunto com a Prefeitura de Juína, eu quero dizer que o primeiro problema detectado foi com documentos de arrecadação falsos aqui no Posto do Corrente. Nós detectamos na Secretaria de Fazenda, através do nosso trabalho lá no posto, fizemos um contato com a Agência Fazendária e com a Prefeitura, e isso nós confirmamos. Então, a Prefeitura foi parceira nesse processo, ajudando-nos a confirmar essa irregularidade. Em outros casos de Regimes Especiais ou mesmo de madeireira sem regime, nós já recebemos vários documentos - eu não posso dizer aqui se foram dois ou três - de 1998 e de 1999 da Prefeitura, porque nós trabalhamos em conjunto. Inclusive, o Secretário de Fazenda do Município é funcionário da Secretaria de Estado de Fazenda e todos esses levantamentos ou todas essas questões apontadas pela Prefeitura sempre foram objeto de providências por parte do Governo.

Então, por um lado, eu quero dizer que até onde eu tenho conhecimento, a Prefeitura realmente vem apontando as questões e não há nenhuma confusão de ter ou de não ter um Prefeito ou um Secretário envolvido no problema. Estão ajudando a Secretaria de Fazenda a resolver o problema.

Segundo: o Prefeito, inclusive, colocou na imprensa e depois teve uma audiência comigo, e eu lhe disse: Olha, não se afobe, não tente resolver o seu problema jogando nos meus ombros, fique tranquilo porque esse tipo de denúncia ocorre. Nós temos que, com fatos, combatê-las. Não diga que a Secretaria não tomou providência, porque em todos os casos nós procedemos aos levantamentos fiscais. Em alguns casos a indicação de irregularidade não se confirmou e, em outros casos, se confirmou. Quando há confirmação, suspendemos a inscrição, suspendemos o Regime Especial, se tiver, e adotamos a medida fiscal conseqüente.

Tem um caso específico de uma empresa que foi indicada como irregular, mas ela tinha contrato de prestação de serviço entre ela, que é de Aripuanã, e uma empresa de Juína, e se constatou o seguinte: o ICMS não foi lesado, mas isso prejudicava Juína porque dava a impressão de que a madeira vinha de Aripuanã e não de Juína. E é esse procedimento complementar, a partir desta reunião, que está sendo feito pela Secretaria e pela Prefeitura, inclusive agora com a participação da Promotoria, que designou também servidores.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MAIO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

Eu acho que me perdi um pouco aí, mas se V. Ex^a me permite, Sr. Presidente, sobre o PENAFE, nós temos esse programa que eu citei na minha exposição. Ele foi proposto pelo Estado, é financiado pelo BID e pelo Governo Federal e nós temos uma contrapartida...

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Informamos a V. Ex^a que dispõe de mais um minuto.

O SR. VÁLTER ALBANO - A Dr^a Leda Regina, que era Coordenadora-Geral do Sistema Tributário, tinha a função junto ao BID de Subcoordenadora Técnica, a parte técnica era com ela.

E, por fim, em relação aos 10% da madeira, todo benefício é concedido com prazo. No caso de Sinop, o prazo era de seis meses, já venceu, já cumpriu o objetivo e não há nenhuma retaliação. No caso de Santa Helena, eu não me lembro, fico devendo essa informação a V. Ex^a.

Mas quero dizer o seguinte: o Prefeito Adenir é goiano como eu, morou em Barra do Garças como eu, é meu amigo, damo-nos muito bem, não há nenhum problema, muito menos político. Nós temos uma boa relação.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Solicito ao Deputado Riva que reassuma a direção dos trabalhos.

(O SR. DEPUTADO RIVA REASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 12:36 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, o Deputado Zé Carlos do Pátio, que dispõe de três minutos.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Secretário, V. Ex^a foi informado dessa denúncia somente no dia 12 de abril deste ano, mas o Prefeito de Sinop, o Prefeito de Santa Carmem, o Prefeito de União do Sul e o Procurador Sidney Marques alegam que, no dia 03 de junho de 1998, eles informaram a V. Ex^a que estava havendo corrupção no Posto Fiscal Celeste, com “notas fiscais frias”, firmas “fantasmas”, e não foi tomada providência.

Primeiro, por que não foram tomadas providências? Daí vem uma outra pergunta: Por que a SEFAZ, recebendo relatórios dos fiscais municipais denunciando as firmas “fantasmas” e as “notas fiscais frias”, não cancelou essas inscrições, comunicando ao Posto Celeste para impedir que notas iguais continuassem transitando?

V. Ex^a acabou de falar aqui que houve suspensão da inscrição, mas as notas frias continuaram transitando, como ficou demonstrado aqui que a Prefeitura de Sinop solicitou providências. Houve realmente o encaminhamento de um processo dentro da SEFAZ, inclusive com inscrição estadual, mas o fiscal José Roberto Quirosa disse o seguinte: “A inscrição estadual está suspensa”. Depois desse parecer desse fiscal, está aqui, a firma continuou comprando, negociando madeira no Estado de Mato Grosso. Está aqui a nota fiscal emitida depois do parecer desse fiscal, “nota fiscal fria”.

Então, se a inscrição está suspensa, como afirma o honrado fiscal Quirosa, como é que o Posto Celeste continua carimbando as notas fiscais da Madeireira Renascença...

O SR. PRESIDENTE (RIVA - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Concedo mais três minutos para encerrar, Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, três minutos é muito pouco, nós lamentamos.

Aqui, Sr. Secretário, está uma relação de vinte e três firmas “fantasmas”, com inscrições suspensas. Inclusive, algumas já foram entregues à Sr^a Leda e a V. Ex^a. Alegam aqui, colocam aqui que, na verdade, essas empresas não teriam capacidade de transportar

tanta madeira como estavam transportando nos seis dias em que os fiscais do Município de Sinop detectaram. Quero aqui dizer que constataram, inclusive, várias firmas que tinham endereços desconhecidos. Quer dizer, o relatório fiscal pede o cancelamento da inscrição da empresa e mesmo assim ela continua emitindo notas e passando pelos postos fiscais.

Então, eu queria, Sr. Presidente, aqui também perguntar: V. Ex^a não acha muita coincidência essa reportagem que saiu na *Folha do Estado*, intitulada “Ligação perigosa”? Não é estranho uma pessoa desconhecida, que é irmão de sua assessora direta, ter um enriquecimento ilícito, comprar tantas fazendas como comprou?

O SR. PRESIDENTE (RIVA - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Concedo a V. Ex^a mais um minuto para encerrar o seu questionamento.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Também o Prefeito de Sinop e o Procurador de Sinop detectaram notas fiscais com datas desencontradas, com numeração ilógica. Como V. Ex^a me explica isso? Por que V. Ex^a desativou o Posto Celeste, único local onde os fiscais dos municípios do Norte poderiam controlar as “notas fiscais frias”? Por que V. Ex^a baixou uma Portaria, tirando as Exatorias do controle dos créditos tributários e transferindo-as para a Coordenadoria de Fiscalização, cuja chefe, junto com a sua colega Leda, estava sob suspeita, e acabou sendo exonerada? V. Ex^a está disposto a fazer uma acareação com o Prefeito Adenir e o Procurador Sidney Marques? Eles, inclusive, enviaram um ofício a minha pessoa dizendo que estão dispostos...

O SR. PRESIDENTE (RIVA - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Está esgotado o tempo de V. Ex^a, e eu peço a sua compreensão, porque nós temos ainda cinco inscrições e estamos com o tempo exíguo para o término da Sessão.

Com a palavra, o Sr. Válter Albano, para se reportar aos quesitos formulados pelo Deputado Zé Carlos do Pátio. V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. VÁLTER ALBANO - Exm^o Sr. Deputado Zé Carlos do Pátio, eu quero me posicionar sobre as suas perguntas.

Começo dizendo que, neste plenário, sempre disse que eu tomei conhecimento da denúncia que é objeto da remessa, pela Deputada Serys Slhessarenko, ao Ministério Público, no dia 12, às 17:00 horas, no gabinete do Governador. Essa denúncia refere-se à suposta venda de terceiras vias relativas a mercadorias que adentram no Estado de Mato Grosso. Este é o fluxo de quem lá fora vende para Mato Grosso.

A denúncia ou as denúncias de irregularidades no setor madeireiro é de fluxo inverso, é de produção do Estado que sai do Estado, como é o caso dessa região à qual também me referi - Sinop, Alta Floresta e Juara. Não vejo nenhuma ligação entre uma coisa e outra.

E sobre a segunda, tomei conhecimento no primeiro semestre de 1998, mais precisamente em maio. Imediatamente, oficieei os Prefeitos dessas regiões, inclusive o de Sinop, conversei pessoalmente com o Prefeito de Sinop e organizamos essa reunião em Sinop. Uma reunião, Deputado, extremamente produtiva. Eu tenho aqui o relatório da época do conjunto de medidas adotadas. Nesse tempo que a Assembléia Legislativa me dá não é possível ler, mas vai de suspensão de inscrição, suspensão de Regimes Especiais, cassações de empresas, recolhimento de notas fiscais, um conjunto de medidas... E mais, isso somente foi possível da parte da Prefeitura de Sinop, porque na minha gestão, nós passamos a exigir, primeiro, o alvará e só depois a inscrição. Segundo, sem uma certidão no município não se consegue regime especial. Então, aí é que foi possível. Terceiro, a Prefeitura foi pela primeira vez para um posto fiscal trabalhar junto conosco, porque a nossa gestão é democrática, nós

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MAIO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

entendemos que tem que fazer em conjunto. Não fosse isso, fosse em governos anteriores, nunca um deles permitiu, e os Prefeitos, jamais, sequer saberiam da existência.

Então, eu quero aqui ressaltar a importância dessa gestão compartilhada. Adotamos, pois, todas essas providências, eu tenho inclusive aqui um resumo em cima de um artigo de jornal, que traz dados tirados do relatório, que mostra uma por uma qual foi suspensão, seja inscrição, seja Regime Especial.

V. Ex^a está dizendo aqui na sua colocação que determinada empresa, mesmo com a inscrição suspensa e Regime Especial suspenso também, passou pelo posto fiscal e teve notas carimbadas. Quero dizer que isso é uma contravenção, um crime. E em relação a esse caso especificamente, já está tramitando na nossa Corregedoria o processo, porque aí é um crime puro mesmo, tanto da parte do empresário como da parte do servidor fazendário que procedeu ao carimbo.

Eu queria aproveitar o assunto e ir até a ponta e responder por que foi fechado Posto Fiscal Celeste. Veja bem, o Posto Fiscal Celeste é um posto interno, sozinho ele não resolve os problemas dos Municípios. Nós estamos atribuindo, e já estamos conversando com o Prefeito Érico Piana... Na segunda-feira nós vamos ter essa reunião, já havíamos feito isso com o Prefeito Jair Benedetti, e nós estamos fazendo isso município por município. Vera vai ter o seu. Feliz Natal já tem. Sinop o seu. Inclusive há uma sugestão de um Deputado no sentido de que o de Sinop seja o próprio Posto Fiscal Celeste. Já havia um compromisso do Governo com a Polícia Rodoviária Federal, mas nós vamos voltar atrás, se realmente o Prefeito Adenir tiver essa preferência, ele pode ter ali o seu posto para controlar as mercadorias do seu município.

A questão dos créditos para suspensão, por sessenta dias, da concessão dos créditos pela Agência Fazendária e o fato de deixarmos essa decisão aqui na Coordenadoria de Fiscalização, onde o Coordenador é o Dr. Valcemir, é o seguinte: Nós resolvemos fazer essa suspensão temporária para fazer uma averiguação profunda em todas as concessões de crédito. Esse é um dos pontos que nós entendemos...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, INFORMANDO AO SR. SECRETÁRIO QUE SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Concedo a V. Ex^a mais um minuto.

O SR. VÁLTER ALBANO - Obrigado, Sr. Presidente.

...que pode ter a sua vulnerabilidade, mas temos interesse em resolver.

Penúltimo, se nós estamos dispostos a fazer uma acareação com o Prefeito e com o Procurador. Não vejo necessidade, basta o Prefeito e o Procurador apresentarem à Comissão do Governo e do Ministério Público a comprovação de que há alguma denúncia e que eu não tomei conhecimento delas, que eu fui omissos, porque eu já me coloquei à disposição das duas Comissões para apresentar todos os nossos relatórios. No meu caso, ela disse que assim que precisar vai requisitar. Não vejo como uma questão de acareação, porque eu não estou dizendo que ele mentiu, eu tenho os documentos das providências que adotei. Se ele tem algum que está diferente do meu, que apresente na Comissão e será averiguado, e certamente a responsabilidade será atribuída.

Finalmente, se V. Ex^a me permite, Sr. Presidente, gostaria de fazer alusão ao jornal *FOLHA DO ESTADO*, com a reportagem "Ligação Perigosa". Perguntam-me se eu não acho estranho um parente da minha assessora ter comprado fazenda ou fazendas. O que tem isso a ver comigo? Imaginem se eu for fazer um acompanhamento, eu tenho que criar uma

assessoria, um outro Fisco. Eu tenho que criar um outro Fisco para dizer: “Olha, você vai rastreando aí para ver se tem algum parente de funcionário da Fazenda que está comprando algum bem ou não”. Eu ficaria maluco!

Agora, não tenho nenhuma ligação, por sinal respeito demais a pessoa, uma pessoa extremamente competente, como tem “n” pessoas competentes na Secretaria de Fazenda. Agora, que patrimônio eles dispõem, realmente, eu não posso informar. Mas, se ficou alguma coisa, Sr. Presidente, depois eu remeto ao Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, o nobre Deputado Jair Mariano.

O SR. JAIR MARIANO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários aqui presentes, a maioria dos meus questionamentos, Sr. Secretário Válder Albano, já foram contemplados. Apenas gostaria aqui de ser solidário com V. Ex^a em um fato, no período em que eu trabalhava no INTERMAT e que, malgrado a nossa disposição, Sr. Presidente, em relação à implementação de medidas, imediatamente após a denúncia, o tempo que demanda essa implementação de medidas sérias dos dirigentes até o resultado, é com certeza angustiante.

Mas eu gostaria, Sr. Secretário, até pelos números colocados, que V. Ex^a sinalizasse, na sua avaliação, quais seriam os equacionamentos, até porque eu imagino que hoje a sociedade, e a nossa presença corrobora isso, exige posturas mais hábeis. Quando V. Ex^a coloca um número de 117 procedimentos de apuração, cujo resultado final até hoje chegou a 18, gera uma preocupação. Eu gostaria que V. Ex^a avaliasse onde está esse estrangulamento e quais medidas poderiam ajudar a equacionar isso.

Uma segunda colocação, que nem sei se é pertinente ou não, mas talvez até como uma alerta, até pela minha origem, eu sou do Nortão de Mato Grosso, tenho consciência do que representa nesse momento, no tocante a emprego, a questão da madeira, e em termos de desenvolvimento também. Estou sentindo, com uma certa preocupação, que nós estamos quase que caracterizando o segmento madeireiro, de um lado pela questão ambiental, que eu acho pertinente, mas por outro também pela questão do Fisco, como um setor pernicioso à sociedade.

E isso, Sr. Presidente, deixa-me muitíssimo preocupado. Até porque o setor, quando passar a ter essa pecha, Deputado Hermínio J. Barreto, se infelizmente isso chegar a acontecer, Sr. Secretário, nós estaremos aí fazendo o que de pior poderíamos fazer para a sociedade, que é afastar aqueles bons empresários e trabalhadores que, realmente, esse segmento também tem, e aí, sim, ficaríamos à mercê da pirataria que eu reconheço existir nesse setor.

Então, até como um alerta, V. Ex^a me perdoe por usar esta tribuna, porque não é um questionamento a V. Ex^a, mas para que eu tome pé e deixe claro aos companheiros que eu ouvi insinuações a respeito do setor madeireiro.

Quero deixar claro, Deputado Carlão Nascimento, que não tenho madeireira, não mexo com esse setor, mas sei o quanto ele é importante para aquela região. Então, era isso, um questionamento e um alerta. Muito obrigado.

O Sr. Joaquim Sucena - Sr. Presidente, solicito a palavra, para uma Questão de Ordem baseada no Art. 504 do nosso Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para uma Questão de Ordem, o nobre Deputado Joaquim Sucena.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MAIO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

O SR. JOAQUIM SUCENA - Sr. Presidente, nós estamos exatamente a oito minutos do término da Sessão. Nós ainda temos alguns Deputados inscritos, inclusive eu. Eu acredito que se for fazer o questionamento, se o Sr. Secretário for dar suas explicações em cinco minutos, nós vamos ficar privados de fazer os questionamentos que achamos convenientes.

Eu gostaria de fazer a Questão de Ordem da seguinte maneira, Sr. Presidente, não haveria possibilidade de, ao invés de o Sr. Secretário responder, individualmente, as perguntas, aqueles Deputados que ainda não tiveram oportunidade de questioná-lo, poderiam fazer as perguntas para ele responder em bloco, no seu horário final, ao limite da Sessão?

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - É pertinente a Questão de Ordem levantada pelo Deputado Joaquim Sucena, porém nós temos ainda cinco inscritos e só o período desses cinco inscritos já encerraria a Sessão. Portanto, eu sugiro e deixo para que os Srs. Deputados entreguem ao Sr. Secretário de Estado de Fazenda, ou entreguem a esta Mesa e a Mesa vai entregar ao Secretário de Estado, Dr. Válter Albano, para que ele possa responder às indagações dos Srs. Deputados por escrito, uma vez que a Sessão encerra impreterivelmente às 13:00 horas.

O Sr. Joaquim Sucena - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Joaquim Sucena.

O SR. JOAQUIM SUCENA - Eu gostaria de consultar também, se V. Ex^a me permitir, sem contestar a sua decisão, nobre Presidente, o nosso Presidente da Comissão de Constituição e Justiça se não haveria possibilidade de estender este convite ao Secretário, para que compareça também na Comissão de Constituição e Justiça para dar prosseguimento aos esclarecimentos que possam ser ainda necessários quanto às suas declarações.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Sem dúvida, a Comissão de Constituição e Justiça tem toda condição, depois de fazer qualquer argüição, de fazer até mesmo um outro Requerimento de Informação ao Secretário de Fazenda.

O Sr. Gilney Viana - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Pela Ordem, com a palavra, o nobre Deputado Gilney Viana.

O SR. GILNEY VIANA - Eu estou sentindo que, não obstante haver um certo grau de repetição de algumas questões, algumas respostas podem ficar num vazio, não pelo discurso, mas pela falta dele, porque é ruim para nós hoje, que somos aqui da Assembléia Legislativa, e provavelmente como resultado também para o Executivo. Então, eu sugiro a V. Ex^a, se for possível, que convoque uma Sessão Extraordinária em seguida ao término do horário da Sessão Ordinária. Essa é a sugestão que eu faço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Eu informo ao Deputado Gilney Viana que a Sessão foi prorrogada por uma hora, a sua solicitação é pertinente, porém eu teria que consultar o Colégio de Líderes.

Então, eu farei isso com a concordância do Sr. Secretário Válter Albano. Farei a consulta ao Colégio de Líderes tão logo nós encerremos esta Sessão.

O SR. GILNEY VIANA - Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, o nobre Deputado Carlão Nascimento, que dispõe de três minutos.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MAIO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

O SR CARLÃO NASCIMENTO - Sr. Presidente, Sr^a Deputada, Srs. Deputados, membros do Governo.

Eu vou usar os três minutos, Sr. Presidente, a que tenho direito apenas para colocar a postura que teve aqui o nosso Secretário de Fazenda, postura essa manifestada antes da convocação, de que ele viria a esta Casa a qualquer momento, assim como qualquer membro do Governo está disposto a vir a qualquer momento para responder a qualquer Deputado que queira algum tipo de informação nas áreas que cada Secretário dirige.

Essa é uma postura de Governo, que demonstra transparência. Isso foi mostrado aqui hoje através do nosso Secretário Válder Albano, que se colocou com muita segurança e muita propriedade, e acho que esclareceu praticamente a todos os Srs. Deputados, foi uma luz para todos nós para que possamos, daqui para a frente, não só questionar toda e qualquer manifestação que venha através da imprensa. Eu acho que essa posição nossa, a posição da Secretaria de hoje, mostrou claramente isso.

Portanto, eu quero cumprimentar aqui o nosso Secretário Válder Albano e dizer que nós conhecemos V. Ex^a, tivemos a oportunidade de ser Secretário na primeira administração do Governo Dante de Oliveira na Prefeitura de Cuiabá, tivemos a oportunidade de ser Vereador e líder do Governo na Câmara de Cuiabá, quando o Secretário Válder Albano era, então, o Secretário de Educação, fomos colegas no Governo passado e acompanho o Sr. Secretário Válder Albano há muito tempo.

É assim mesmo, Válder, todo homem público, todas as vezes que tira privilégios, todas as vezes que contesta o que está posto, que tenta mudar alguma coisa, é vítima de tudo isso. Digo isso com muita tranqüilidade porque estava ali sentado, agora há pouco, e vendo V. Ex^a aqui me recordo que, há pouco mais de um ano e meio, eu estive aqui, sentado nessa mesma cadeira onde V. Ex^a está sentado, e tive também a oportunidade de fazer, como membro do Governo Dante de Oliveira, os mesmos esclarecimentos que V. Ex^a vem fazendo agora.

Portanto, eu quero aqui, mais como um amigo, como companheiro de V. Ex^a, solidarizar-me com V. Ex^a, colocando-me também à disposição de V. Ex^a para tudo aquilo que pudermos esclarecer à população. Eu vejo que faltou um pouco mais de esclarecimento, já tivemos a prova hoje, porque quando V. Ex^a colocou a todos os Srs. Deputados a questão que vem envolvendo a Secretaria de Fazenda, todos nós tivemos a certeza de que a Secretaria avançou bastante e que só foi possível detectar qualquer tipo de irregularidade, e só será possível, daqui para frente, à medida que avance a informatização, à medida que avancem as reformas que V. Ex^a vem fazendo na Secretaria.

Portanto, eu congratulo V. Ex^a. Quero aqui dizer da satisfação que nós temos por ter conhecido V. Ex^a, e sei da fama correta e honesta por todos os cargos em que V. Ex^a passou em toda a sua vida pública. Eu quero parabenizar V. Ex^a por esse brilhante pronunciamento que fez aqui.

Eu sei, Deputado Joaquim Sucena, que a qualquer instante...

O SR. PRESIDENTE (RIVA - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Informo ao Deputado Carlão Nascimento que o seu tempo encontra-se esgotado.

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Só para encerrar, quero dizer, como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, que eu tenho certeza de que o Secretário, assim que nós o convidarmos, virá aqui.

O Sr. Humberto Bosaipo - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MAIO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Sr. Presidente, a presença do Secretário de Fazenda aqui na Casa cumpre uma obrigação constitucional, o que é bom para a Assembléia Legislativa, a sociedade toda queria isso. E também, já que o interesse dos Deputados é tão grande, é pertinente a solicitação do Deputado Gilney Viana. V. Ex^a poderia submeter essa solicitação ao Plenário, para prorrogar por apenas mais trinta minutos, tempo que eu acho suficiente para terminar os questionamentos de uma vez por todas, aqui na Assembléia Legislativa, com o Secretário de Fazenda.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Em votação o Requerimento oral de autoria do Deputado Humberto Bosaipo. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Portanto, prorrogada a Sessão por mais trinta minutos.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, regimentalmente, depois das perguntas dos Srs. Deputados, não existe um debate onde vai ter a pergunta, a resposta, a réplica e a tréplica?

Então, eu quero dizer a V. Ex^a que, na verdade, nós fizemos algumas perguntas ao Sr. Secretário e ele respondeu. Como o Deputado não tem direito de fazer a réplica e a tréplica ficou ruim. O Secretário passou informação das perguntas nossas e ficou por isso mesmo, como se nós todos estivéssemos convencidos das informações que ele passou.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Infelizmente, Deputado Zé Carlos do Pátio, o nosso Regimento Interno estipula prazos e períodos...

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - O nosso Regimento garante o direito de...

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Garante, mas ele também garante que a Sessão deveria ser encerrada ao meio-dia, nós a prorrogamos por uma hora, prorrogamos por mais trinta minutos e, logicamente, o interesse dos Srs. Deputados - que foi muito grande e é muito bom isso, vale ressaltar - ocasionou que nós tivemos um número de inscrições acima do esperado. Nós nunca tivemos uma convocação aqui com mais de cinco, seis Deputados formulando quesitos.

Então, em função desse número de Deputados que demonstraram interesse na convocação da nossa Sessão o tempo ficou restrito, caso nesses trinta minutos nós encerremos a segunda parte da Sessão, porque na parte primeira era a exposição do Sr. Secretário, na segunda, a formulação dos quesitos, e na terceira, a inquirição, nesses trinta minutos nós podemos adentrar na inquirição.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Mas o tempo é muito restrito levando em conta os fatos que estão acontecendo no Estado, e a sociedade quer uma resposta da Assembléia Legislativa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Mas aí é uma questão de discussão do Regimento Interno, da Constituição do Estado... Mas eu acho que nesses trinta minutos...

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - O Regimento Interno garante...

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MAIO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - O Regimento Interno não garante. Pelo Regimento, eu teria que ter encerrado a Sessão, e nós estamos ainda prorrogando mais trinta minutos.

Com a palavra, para formular o seu quesito, o Deputado Moacir Pires.

O SR. MOACIR PIRES - Sr. Presidente, nobres Pares, imprensa, Srs. Secretários, Sr. Secretário de Fazenda, Válder Albano:

Eu vim para Mato Grosso aos três anos de idade, o meu pai já tinha vindo quinze anos antes, temos 45 anos de Mato Grosso, um Estado em que nós confiamos. Viemos constituir família, eu e meus cinco irmãos, casados, com filhos, e queremos ver este Mato Grosso crescer, Mato Grosso que tem um futuro e que várias pessoas que estão nas galerias, Sr. Secretário, hoje estão esperando que o Ministério Público e a Assembléia Legislativa dêem uma resposta positiva, uma resposta que agrade a toda a sociedade.

Por acreditar neste Estado, Sr. Secretário, eu vi várias pessoas, amigos meus, que hoje passam por dificuldades em suas empresas, devido a essa “máfia do Fisco” que vem agindo em nossa Capital, em nosso Estado de Mato Grosso. E nós sabemos que o Ministério Público vai apurar e vai trazer a verdade, porque existe muita ostentação das pessoas envolvidas nessa suposta máfia. Então, por isso, Sr. Secretário, eu peço a V. Ex^a e aos outros Secretários que aqui estão - e eu já visitei o Secretário de Saúde, o meu amigo José Carlos Novelli, o Antônio Joaquim e fui muito bem recebido - somente coisas boas para o nosso Estado, para os municípios, porque prefeitos e vereadores nos pediram.

Sr. Secretário, trago um recado dos meus eleitores, em forma de quatro perguntas - elas não foram formuladas por mim, mas por eleitores que as enviaram a meu gabinete.

“Sr. Secretário, V. Ex^a tem conhecimento ou autorizou o pagamento com o encontro de contas do ICMS, apurado em conta gráfica por contribuintes de Mato Grosso, através de certidão de crédito? Sim ou não?”

A senhora Leda é indicação política? Se a resposta for sim, de quem?

V. Ex^a contratou as empresas Êxito ou Exímia para prestar serviços ao Governo do Estado quando Secretário de Educação e Secretário de Fazenda? E V. Ex^a também é sócio de alguma delas?”

São essas as perguntas, Sr. Secretário, que eu tenho para V. Ex^a. O povo pede também que V. Ex^a deixe o cargo para deixar o Governador mais a vontade para apurar as denúncias. São os recados que eu trago dos meus eleitores. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, o Sr. Secretário Válder Albano, que dispõe de cinco minutos.

O SR. VÁLTER ALBANO - Eu quero cumprimentar o Deputado Jair Mariano, que fez aqui a sua participação, e comentar um dos pontos de sua fala, pedindo-lhe permissão, porque os outros já foram colocados. Eu agradeço a solidariedade do Deputado com quem eu tenho uma amizade construída lá, juntamente com os nossos companheiros assentados.

Agradeço muito a solidariedade do Deputado Carlão Nascimento, porque ele, como homem do Executivo, por diversas vezes na Prefeitura de Cuiabá, duas vezes, e eu também, no Governo do Edson Freitas e agora no Governo Dante de Oliveira.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MAIO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

Deputado, ao agradecer a sua solidariedade, eu quero dizer que eu não desejo a ninguém ser acusado publica e injustamente. Eu não desejo a nenhum dos Senhores e a nenhum ser humano do mundo inteiro. Acusação leviana e injusta é muito doído!

Deputado Jair Mariano, a preocupação de V. Ex^a, eu recebi com uma profundidade enorme. Nós não podemos, a pretexto de dizer que existem problemas no Fisco, pensar que o setor madeireiro só tem malandro, só tem corrupto.

Enfim, eu quero levar essa preocupação para a Secretaria de Fazenda. Quero, junto com o Secretário Avalone e com o Governador Dante de Oliveira, no projeto de incentivo à industrialização da madeira, que é um projeto extraordinário, aprovado pelo Governador anteontem, e que o Líder do Governo acompanhou, Deputado Rene Barbour - realmente é um Projeto extraordinário.

Eu quero, neste momento, da parte da Secretaria de Fazenda, enquanto Secretário eu estiver, dar a minha contribuição para provar que no setor madeireiro também tem gente boa e que nós podemos ter uma indústria moveleira aqui muito avançada.

Em relação às questões colocadas pelos eleitores do Deputado Moacir Pires, quero dizer ao Deputado que as respeito muito, quero dizer que as empresas, que eventualmente foram ameaçadas ou extorquidas até por algum membro do Fisco, devem não se conformar com uma posição de medo e devem procurar a Secretaria de Fazenda, o Ministério Público, a Procuradoria-Geral do Estado e formalizar a sua denúncia, porque uma situação em que o empresário sofre para empreender os seus negócios e ainda ter que eventualmente conviver com essa situação é realmente muito dolorida. Muito obrigado.

Uma outra questão é se eu conheço algum encontro de contas feito com pagamento através de certidão de crédito. Conheço sim, Deputado, inclusive tem um Requerimento de V. Ex^a que está sendo respondido. Existem empresas que receberam do Governo certidão de crédito por conta de serviços realizados, isso já foi inclusive publicado no jornal pelo Governo. A maior parte recebeu em 1994, e não só eventualmente, elas receberam certidão de crédito em dinheiro, como também pagou imposto com certidão de crédito. Então, isso existe. Os processos são procedimentos legais e normais, todos eles capitulados lá na contabilidade do Estado.

A penúltima, é se a Dr^a Leda Regina é uma indicação política. Não. Quando eu entrei na Secretaria de Fazenda, em janeiro de 1996, a Dr^a Leda era Coordenadora. Ela entrou em outubro de 1995. Não sei se V. Ex^{as} lembram que, em outubro de 1995, no início do Governo Dante, houve vários gerentes que deixaram a Secretaria de Fazenda por ocasião de uma greve do Fisco.

Então, depois daquela greve, a Dr^a Leda foi um dos gerentes que entraram tecnicamente, e na Secretaria de Fazenda os gerentes são técnicos, são técnicos da própria carreira, e assim é também a Dr^a Leda Regina.

Em relação às empresas Êxito ou Exímia, se eu tenho participação nelas. Não tenho participação, não conheço nenhum contrato que ela tenha feito por onde eu trabalhei. Fui Secretário de Educação do Estado e fui Secretário de Fazenda agora. Então, não há nenhum contrato.

Deputado, eu fui Secretário Municipal de Educação na segunda gestão do ex-Prefeito Dante de Oliveira, na Secretaria Municipal de Educação, a Êxito teve trabalho realizado por licitação pública. Então, no Estado, não, mas na Secretaria Municipal de Educação, sim...

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MAIO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, INFORMANDO AO ORADOR QUE O SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O SR. VÁLTER ALBANO - Desculpe-me, Sr. Presidente, eu me esqueci.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - V. Ex^a tem mais um minuto para completar suas considerações.

O SR. VÁLTER ALBANO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Então, essa empresa teve um contrato com a Secretaria Municipal de Educação, eu acho que em 1993, mas no Estado, não.

Por último, um eleitor pediu que eu deixe o cargo para o Governador Dante de Oliveira se sentir à vontade. Olha, o Governador Dante de Oliveira está à vontade desde o primeiro dia em que me nomeou - uma vez como Superintendente do INCRA, ele era Ministro, como Secretário de Cuiabá duas vezes e como Secretário de Estado. O cargo foi delegado por ele, ele pode retirá-lo na hora que desejar. Será um grande alívio para mim. Mas, por enquanto, eu tenho disposição de ajudar o Estado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, o nobre Deputado Rene Barbour.

O SR. RENE BARBOUR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Váter Albano, Sr. Subsecretário de Fazenda, demais Secretários, assessores:

Quero parabenizar V. Ex^a, Sr. Secretário Váter Albano, pela clareza, pela firmeza com que V. Ex^a respondeu a todos os quesitos aqui. Eu acho que ficou muito bem claro. Responsabilizar V. Ex^a, como estão responsabilizando, é uma injustiça, com apenas uma suposição! Como pode V. Ex^a fiscalizar o mau fiscal lá no extremo Oeste, extremo Leste, no extremo Norte, se, às vezes, V. Ex^a passa uma semana em Brasília em busca de recursos para o nosso Estado de Mato Grosso? Com as suas idas e vindas seria humanamente impossível! V. Ex^a não é dotado desse poder de acompanhar a fiscalização da maneira que estão exigindo. Eu daria até um exemplo: em firmas particulares, que é um universo muito menor, tem evasão de dinheiro, tem evasão de receita, com os seus donos ali fiscalizando. Como poderiam responsabilizar V. Ex^a, tendo algumas centenas de fiscais para uma população de perto de três milhões de habitantes? É humanamente impossível!

Sr. Secretário, Srs. Deputados, a esse filme eu já assisti muitas vezes. Fui Vereador no interior de São Paulo, tive quatro mandatos de Deputado, e se continuar Deputado nós vamos continuar assistindo a filmes idênticos a esse porque ninguém segura sonegação.

O que precisa, Sr. Secretário, é uma reforma tributária. As empresas não podem conviver com essa carga tributária imposta pelos governos Estadual e Federal. É preciso que o Congresso vote essa reforma tributária, porque aí V. Ex^a e a sua equipe de fiscais terão condições de fiscalizar e de coibir a sonegação.

Eu faria apenas uma pergunta: V. Ex^a enviaria aos Srs. Deputados um relatório de tudo que passou...

O SR. PRESIDENTE (RIVA - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Informo ao nobre Deputado que o seu tempo encontra-se esgotado.

O SR. RENE BARBOUR - V. Ex^a me concede mais um minuto, ilustre Presidente?

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Vou conceder mais um minuto a V. Ex^a.

O SR. RENE BARBOUR - Tudo que vai passar nessa Auditoria que está havendo? Muito obrigado.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MAIO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra o Secretário Válder Albano, por cinco minutos.

O SR. VÁLTER ALBANO - Eu cumprimento e agradeço as palavras do Deputado Rene Barbour, nosso Líder do Governo. Com sua experiência ele nos tranquiliza, não no sentido de não continuar firme na nossa missão de acompanhar o trabalho da Secretaria de Fazenda, mas mostrando que realmente não há pessoas dotadas de superpoderes para ter um controle absoluto da ação de cada ser humano que integra uma organização.

Digo ao Deputado Rene Barbour que o Governo de Mato Grosso vem estudando - como V. Ex^a sabe -, todos os projetos de reforma tributária que se encontram em andamento, preocupamo-nos em não perder Receita, mas com a clareza de que para desonerar o setor produtivo é preciso que o consumo pague a conta.

Eu entendi bem a fala de V. Ex^a, a sua preocupação é exatamente com o setor produtivo, porque não se pode imaginar, com um grau de carga fiscal pouco acima de 30%, nas três esferas de Poder, o empresário obter sucesso neste mundo extremamente competitivo. Estou concordando com V. Ex^a.

Por fim, estou de acordo, até porque é nosso dever mesmo, assim que a Comissão do Governo do Estado concluir os trabalhos de apuração, nós vamos imediatamente, através do Governador do Estado, remeter cópia aqui para a Assembléia Legislativa, para todos os Deputados, e tenho certeza de que em relação ao trabalho do Ministério Público, aquela Instituição, que é autônoma, também o fará. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, o Deputado Alencar Soares, que dispõe de três minutos.

O SR. ALENCAR SOARES - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^a Deputada Serys Shlessarenko, Srs. Secretários de Governo:

Nós queremos dizer, Sr. Secretário, que eu saí de Barra do Garças esta semana, e lá um companheiro nosso nos perguntou o que eu achava do trabalho dessa investigação, dessas denúncias que eram feitas sobre a pessoa do Sr. Válder Albano, e eu disse que nós, como conterrâneos, como companheiro do Válder Albano, confiávamos na sua pessoa e tínhamos certeza e convicção de que V. Ex^a nada deve. E V. Ex^a acabou de mostrar isso aqui hoje.

Eu tenho certeza de que os Deputados e toda a platéia aqui, a imprensa, vai divulgar a sua firmeza, a sua tranquilidade. V. Ex^a disse bem claro que não pode, e ninguém quer isso. V. Ex^a está firme, e se depender do nosso apoio, V. Ex^a continuará como Secretário do Governo, porque sempre V. Ex^a mostrou sua firmeza, a sua personalidade.

V. Ex^a tem parentes em Barra do Garças, que nós conhecemos há muitos anos, inclusive é um colega nosso, é alfaiate, e continua como alfaiate até hoje em Barra do Garças. V. Ex^a é uma pessoa séria e tem mostrado a sua origem, lá de Bom Jardim, vizinho de Barra do Garças. Eu tenho certeza de que V. Ex^a jamais vai decepcionar Barra do Garças.

As perguntas nem precisariam ser feitas, mas como nós temos que fazê-las, eu tenho de certeza que praticamente já foram respondidas.

As denúncias foram feitas. Quais as medidas imediatas que V. Ex^a adotará para conseguir reter, chegar ao denominador da verdade da denúncia?

Uma outra pergunta - inclusive já é do conhecimento de V. Ex^a - é que nós todos sabemos das dificuldades do interior para com a Capital, essa é uma pergunta do meu pensamento. V. Ex^a não acha que tirou muito a força, o poder das Exatorias?

Outra pergunta é sobre os postos fiscais, que inclusive eu já argumentei sobre as barreiras do Estado - Cocalinho, Araguaiana, Torixoré, Ponte Branca, que são da nossa região. De que jeito é a parceria que o Senhor vai fazer com os Prefeitos Municipais? Os funcionários são do Estado ou são do município? Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Eu solicito ao Secretário Válder Albano que responda aos quesitos formulados pelo Deputado Alencar Soares juntamente com os quesitos que serão formulados pelo Deputado Joaquim Sucena.

Com a palavra, o nobre Deputado Joaquim Sucena.

O SR. JOAQUIM SUCENA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^a Deputada, Sr. Secretário de Estado de Fazenda, Válder Albano, Srs. Secretários de Estado, assessores:

Eu quero colocar - para não ser muito repetitivo e, além de tudo, para não ocupar todo o tempo, para que os demais Deputados que ainda não formularam seus quesitos possam ter esta oportunidade - sobre as duas denúncias que hoje tramitam na Secretaria de Fazenda. Uma denúncia de entrada e uma denúncia de saída. Uma denúncia a respeito do ICMS e, conseqüentemente, das terceiras vias, e uma denúncia de saída através dos Regimes Especiais.

A Secretaria tem um organograma ao qual se prende exatamente tanto um setor quanto outro setor, a Gerência de Fiscalização e a Gerência de Trânsito. Da mesma forma, há duas Coordenadorias: uma Coordenadoria Fiscal de Receita e uma Coordenadoria de Fiscalização. Essas indicações para ocupação desses cargos foram suas, ou elas se fizeram por outros critérios, sejam eles políticos, administrativos, enfim, outros critérios?

Segundo, se essas Coordenadorias foram ou não comunicadas das implicações, não só das denúncias formuladas em Sinop, às quais o Senhor se refere como sendo denúncias, muito mais do que denúncias dentro de um entendimento entre as prefeituras e a Secretaria, e, ao mesmo tempo, como o Senhor disse que todas elas foram apuradas e uma série de providências foram tomadas, por que não surtiram efeito? A deficiência foi na cobrança pelo Secretário, na cobrança pelo Coordenador, na cobrança pelo Gerente, onde está preso?

Da mesma forma, eu entendo que essa suspensão abrupta dos Regimes Especiais vai gerar uma série de dificuldades a todos os setores. Não seria já mais fácil, uma vez que algumas já estão apuradas, que se deixasse, ou que se investigasse mais a fundo essas empresas: De onde elas surgiram? Por que surgiram? De que maneira surgiram? Onde estaria a convivência...

O SR. PRESIDENTE (RIVA - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Concedo mais um minuto para V. Ex^a.

O SR. JOAQUIM SUCENA - V. Ex^a tinha conhecimento, da mesma forma, que os seus coordenadores e gerentes tinham conhecimento da denúncia, se não agiram de imediato e esperaram até a denúncia que V. Ex^a veio a tomar conhecimento no dia 12 de abril, eles não pecaram pelo menos na omissão, ou foi realmente prevaricação?

São esses os questionamentos que gostaria de deixar para V. Ex^a.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, eu só queria deixar a proposta das Bancadas de Oposição para a convocação de uma Sessão Extraordinária agora para que

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MAIO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

continuemos o debate, a discussão, sobre esse caso da SEFAZ. Caso não haja a possibilidade, eu queria que V. Ex^a buscasse uma forma de tomarmos um encaminhamento nesse sentido, porque, na verdade, o que aconteceu foi que os Deputados fizeram as perguntas, o Secretário respondeu e nós não tivemos o direito de réplica e nem ele teve direito à tréplica, quer dizer, ficou uma coisa vazia.

Então, queremos deixar aqui a posição das Bancadas de Oposição sobre esse encaminhamento, até porque o Regimento Interno garante isso, embora, regimentalmente, o término da Sessão seja ao meio-dia, ela já foi prorrogada, porém, nós começamos o nosso trabalho às 10:00 horas, quer dizer, nós começamos uma hora depois, mas eu deixo a V. Ex^a, que é uma pessoa democrática, uma pessoa que está preocupada em ver a verdade, a decisão de realmente prorrogar esta Sessão ou convocar uma Sessão Extraordinária para darmos continuidade a essas questões.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - A colocação do Deputado Zé Carlos do Pátio é pertinente, porém, de acordo com os Artigos 161 e 210, parágrafo único, de fato nós tínhamos um horário limite para o encerramento da Sessão.

Eu acredito que o Sr. Secretário Válder Albano poderá, através de um outro artifício, atender o Deputado e inclusive as pessoas que se propõe a ser ouvidas pelo Secretário.

Concedo ao Sr. Secretário Válder Albano dois minutos para sua conclusão final e peço aos Deputados Nico Baracat e Hermínio J. Barreto que encaminhem seus quesitos para a Mesa, para que a Mesa os encaminhe ao Secretário.

Indefiro a palavra, pela Ordem, em função da exiguidade do tempo.

Com a palavra, o Sr. Secretário Válder Albano.

O SR. VÁTER ALBANO - Antes de usar os dois minutos, gostaria de pedir autorização a V. Ex^a para convidar os Deputados Zé Carlos do Pátio, Nico Baracat e Hermínio J. Barreto para, em conjunto ou individualmente, visitar-nos para que nós possamos esclarecer pontos e eles possam também nos ajudar em algumas sugestões ou críticas. E ao Deputado Joaquim Sucena também peço desculpas, porque o tempo não é suficiente para os comentários totais.

Ao Deputado Alencar Soares, eu quero agradecer as suas palavras e dizer que nós acatamos uma sugestão sua em relação aos postos fiscais de fronteira na região Araguaia. Nós vamos compartilhar com os municípios, com os servidores municipais, mas credenciados pelo Estado.

Ao Deputado Joaquim Sucena, eu queria dizer que as indicações são técnicas. O Coordenador-Geral indica o Coordenador, que indica o gerente. São pessoas do quadro, em todos os casos técnicos da SEFAZ, e eu entendo que eles têm pleno conhecimento.

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, INFORMANDO AO ORADOR QUE SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O SR. VÁLTER ALBANO - Eu responderei à questão do Regime Especial depois.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Eu quero agradecer a presteza do Secretário Válder Albano e a compreensão dos Srs. Deputados, uma vez que infelizmente as nossas Sessões, de acordo com os Arts. 161 e 210, parágrafo único - eles são muito claros -, deveriam terminar ao meio-dia. Mesmo porque é uma Sessão Ordinária e poderíamos ter usado outro artifício, inclusive, que a Comissão de Constituição e Justiça convocasse o Secretário.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MAIO DE 1999, ÀS
08:00 HORAS.

Mas, antes de encerrar a presente Sessão, agradeço ao Secretário Válder Albano, sua equipe e todos os Secretários de Estado que aqui estão pelas informações. Gostaria também de reforçar as palavras do Deputado Rene Barbour, solicitando o envio desse relatório à Assembléia.

Compareceram a esta Sessão os seguintes Srs. Deputados: da Bancada do Partido da Frente Liberal - Emanuel Pinheiro, Humberto Bosaipo, Moacir Pires e Romoaldo Júnior; da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - Nico Baracat, Zé Carlos do Pátio e Pedro Satélite; da Bancada do Partido dos Trabalhadores - Gilney Viana e Serys Shnessarenko; da Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro - Joaquim Sucena; da Bancada do Partido Progressista Brasileiro - José Carlos Freitas; do Bloco Parlamentar Frente e Cidadania - Alencar Soares (PSDB), Carlos Brito (PSDB), Carlão Nascimento (PSDB), Roberto Nunes (PSDB), Eliene (PSB), Jair Mariano (PPS), Riva (PSDB) e Rene Barbour (PSDB); do Bloco Parlamentar Autonomia - Amador Tut (PL), Benedito Pinto (Sem filiação partidária), Hermínio J. Barreto (PL), Silval Barbosa (PTB) e Wilson Teixeira Dentinho.

Antes de encerrar a presente Sessão, comunico a próxima para hoje à noite, no horário regimental.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão (LEVANTA-SE A SESSÃO).